

ENERGIA NO FIM DO TÚNEL

o Maranhão no caminho de transformar-se
na nova fronteira energética do Brasil



ARTIGO

O presidente da
Confederação Nacional
da Indústria (CNI), Robson
Braga de Andrade
destaca papel da indústria
brasileira na crise

ENTREVISTA

Simplicio Araújo

Secretário de Indústria
e Comércio analisa
perspectivas da economia

AMEAÇAS E

OPORTUNIDADES

Distritos industriais
em situação
precária



Indicado para o trabalhador da indústria, A Educação Continuada do **SESI** oferece cursos de curta duração com o objetivo de desenvolver competências direcionadas aos ganhos nos resultados da empresa.

Com mais competências adquiridas, os profissionais tornam-se inovadores, eficazes e engajados na solução de problemas e desafios ligados a sua indústria, gerando ganhos em produtividade e ampliação dos lucros da empresa.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

**EDUCAÇÃO
CULTURA
PROMOÇÃO DA SAÚDE
SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO
ARTICULAÇÃO E INFLUÊNCIA EM SEGURANÇA E SAÚDE**

SESI EDUCAÇÃO CONTINUADA

#cursospresenciaiseadistancia

Mais conhecimento para o trabalhador
Mais competitividade para a indústria
Mais benefícios para todos

PROCURE UMA DE NOSSAS UNIDADES:

Escola SESI Anna Adelaide Bello

Avenida Dom José Delgado, s/nº, Alemanha, São Luís-MA
(98) 3243-5727/3243-5844

Escola SESI Marly Sarney/CAT Imperatriz

Rua Aquiles Lisboa, s/nº,
Mercadinho, Imperatriz-MA
(99) 3523-2488 e 3523-1570

Escola SESI Presidente Médici/CAT Bacabal

Rua Frederico Leda, s/nº, Centro, Bacabal-MA
(99) 3621-1332

Unidade SESI de Qualidade de Vida do Trabalhador

Av. Guaxenduba, s/nº,
Coréia de Baixo, São Luís-MA • (98) 99100-3148

Escola SESI Raimundo Costa Sobrinho/CAT Caxias

Rua Gonçalves Dias, s/nº,
Residencial Hélio Queiroz, Caxias-MA • (99) 3521-4445

Unidade Promoção da Saúde SESI Araçagi

Av. dos Marinheiros, s/nº,
Araçagi, São José de Ribamar-MA • (98) 3248-1969

Escola SESI Lourenço Galletti/CAT Açailândia

Rua Alzino Pereira de Oliveira, s/nº,
Vila Bom Jardim, Açailândia-MA • (99) 3538-4100



FIEMA **SESI**

www.fiema.org.br

10 FEITO NO MARANHÃO

Mesa farta

O setor de alimentos no Maranhão experimenta um bom momento com a instalação de indústrias locais que aproveitam a pouca oferta de produtos genuinamente maranhenses e expandem seus empreendimentos, gerando emprego, renda e abocanham uma fatia importante do mercado.



09

CAPITAL DE GIRO

Em destaque na coluna deste número, os altos investimentos feitos em Saúde, Segurança e Educação Profissional no Maranhão pelo Sistema FIEMA.



13

VITRINE

São diferentes os tipos de produtos fabricados pela Nutrilar, Eco Brazil e Laticínios Bethe, mas eles possuem em comum a contribuição que deixam à economia maranhense. Saiba mais detalhes sobre alguns deles, produzidos por indústrias instaladas em solo local.



16

AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

Trilha de difícil acesso

Buracos, matagal invadindo ruas e muitos imóveis fechados ou abandonados. A situação do Distrito Industrial de São Luís e das unidades industriais de outros municípios do estado é debatida por especialistas, autoridades e empresários.

19

ARTIGO

A força da integração para o Brasil voltar a crescer

Em artigo exclusivo para esta edição de MARANHÃO INDUSTRIAL, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, demonstra os desafios enfrentados pelo setor na retomada do crescimento com a força das federações da indústria, a exemplo da FIEMA.



24

BOAS PRÁTICAS

Maranhão mais produtivo

O estado supera a média nacional no Brasil mais Produtivo, programa coordenado pelo SENAI, que tem como objetivo ajustes nos processos das pequenas e médias empresas para melhoria da produção.

27

ESPECIAL

Desempenho de excelência

Ser um fornecedor atestado pela qualidade de seus programas é uma meta perseguida por muitas empresas que aderiram ao PDF (Programa de Desenvolvimento de Fornecedores).



30

TENDÊNCIAS

Pode custar muito caro

No moderno ambiente empresarial brasileiro, saúde e segurança do trabalhador deixam de ser despesas e passam a significar investimentos importantes que, inclusive, evitam prejuízos ao caixa da empresa.

**MARANHÃO
INDUSTRIAL**

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
www.fiema.org.br

Presidente

Edilson Baldez das Neves

1º Vice-Presidente

Francisco de Sales Alencar

2º Vice-Presidente

Jose Orlando Soares Leite Filho

Vice-Presidentes: Mário Machado Mendes, Clynewton Dias dos Santos, Cirilo José Campelo Arruda, Cláudio Donizete Azevedo, Benedito Bezerra Mendes, José de Ribamar Barbosa Belo, João Alberto Teixeira Mota Filho, João Neto Franco, Júlio Rodrigues dos Santos, Francisco de Assis Miranda, Antônio Carlos Lopes Ribeiro, Francisco das Chagas Sousa Nascimento, Ana Rute Nunes Mendonça, Osvaldo Amaral Pavão, Antônio Rosa Cruz Pereira, Nelson Nagem Frota, Cintia Cristina Ticianeli, João Batista Rodrigues, José Raimundo Nunes Sarmento, Antônio Alves Barbosa, Luís dos Santos Lima, José Antônio Buhatem, Francisco de Assis Gonçalves e Rachid Abdalla Neto.

1º Secretário

Leopoldo Debtz de Moraes Rêgo

2º Secretário

Pedro Robson Holanda da Costa

1º Tesoureiro

José de Jesus Reis Ataíde

2º Tesoureiro

Raimundo Nonato Pinheiro Gaspar

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS

Luiz Fernando Coimbra Renner, Roberto Vasconcelos Alencar e Francisco de Assis Barros Carvalho.

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Edvan da Silva Amâncio e Carlos Geisel Alves Barbosa.

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À CNI

Efetivos: Edilson Baldez das Neves e Francisco de Sales Alencar.

Suplentes: Alexandre Rodrigues Ataíde e Joanas Alves da Silva.

Presidentes dos Sindicatos afiliados:

Benedito Bezerra Mendes, Jeremias Oliveira Gaspar, Fábio Ribeiro Nahuz, Fabiano Churchill N. Cesar, João Neto Franco, Carlos Geisel Alves Barbosa, Ana Rute Nunes Mendonça, João Carlos Magalhães Lopes, Pedro Robson Holanda da Costa, Raimundo Nonato Pinheiro Gaspar, Edvan da Silva Amâncio, Adão Gonçalves de Oliveira Junior, Francisco de Assis Gonçalves, Roberto Carlos Moreira, Luís dos Santos Lima, Antônio Carlos Lopes Ribeiro, José de Ribamar Barbosa Belo, Mário Machado Mendes, Joanas Alves da Silva, Manoel de Jesus Silva, Cláudio Donizete Azevedo, Alexandre Rodrigues Ataíde, Nelson José Nagem Frota, Antônio Rosa Cruz Pereira, Rodolfo Natalino Alexandrino Araujo, Francisco Magalhães Rocha e Cintia Cristina Ticianeli.

SISTEMA FIEMA

Superintendência da FIEMA

Albertino Leal de Barros Filho

Superintendência Regional do SESI

Roseli de Oliveira Ramos

Diretoria Regional do SENAI, Superintendência Regional do IEL e

Superintendência Corporativa

Marco Antonio Moura da Silva

Coordenadoria de Comunicação e Eventos do Sistema FIEMA

Fernanda Moraes Rêgo

Revista da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama - CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

Tel.: (98) 3212.1897

www.fiema.org.br

Facebook: Sistema FIEMA

Instagram: @sistemafiema

Edição: Com Comunicação Estratégica

Editora: Flávia Regina Melo (DRT-MA 955)

Impressão: Gráfica POLIGRAF

Reportagem: Benedito Júnior, Djane Sampaio, Emerson Araújo e Léa Martins Brito.

Fotografia: Acervo CNI, Acervo FIEMA, Assessoria de Comunicação do Parnaíba Gás Natural, Divulgação Shows, Flávia Regina, Miguel Ângelo, Orceuil Júnior, Veruska Oliveira.

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento do Sistema FIEMA.

O INSUMO VALIOSO DA INFORMAÇÃO

As expectativas otimistas com relação ao cenário econômico nacional parecem ter naufragado logo nos primeiros meses de 2017. Segundo os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 3,6% em relação ao ano anterior. Com a queda, já são dois anos seguidos de baixa. Dados do Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados (CAGED), referentes ao mês de janeiro deste ano, registram ainda o fechamento de 2,1 mil postos de trabalho, neste período, no Maranhão. O setor da Construção Civil registrou maior número de demissões no estado. O IBGE também já divulgou, este ano, a renda per capita por domicílio. Das 27 unidades da Federação, 20 estados ficaram abaixo da média de 2016. O Maranhão ficou em último lugar, com renda per capita familiar de apenas 575 reais por habitante.

As perspectivas locais sofrem com o efeito dominó. Em entrevista nesta edição, o secretário de Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo, fala de vultosos investimentos feitos pela iniciativa privada no Estado, mas admite que, com relação ao PIB estadual, é preciso *olhar também para a questão nacional*. "É uma coisa que afeta o Brasil como um todo", contextualiza a crise.

Se por um lado, a indústria nacional não tem dado sinais claros de recuperação, a produção industrial maranhense manteve-se em crescimento pelo quarto mês consecutivo. Segundo a Sondagem Industrial do Maranhão, elaborada pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIE-MA) em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), houve um aumento de 7,6 pontos em janeiro de 2017, em consequência do crescimento da produção nas indústrias de todos os portes, mas muito abaixo do que seria desejado. O resultado não reflete a situação precária, por exemplo, dos distritos industriais de São Luís e de alguns municípios, matéria da editoria Ameaças e Oportunidades. Mas demonstra que há muitos mercados promissores a serem explorados no Maranhão, um estado com inquestionável potencial econômico, a exemplo dos campos de produção de gás da Bacia do Parnaíba, em área predominantemente maranhense, reportagem de capa deste número, e da indústria de alimentos, na editoria Feito no Maranhão.

O cenário é dos mais adversos. Porém, o crescimento da atividade da indústria local, em plena retração econômica, evidencia um setor que contribui, decisivamente, para manter o estado de pé. A tarefa de mostrar contradições, debater, questionar, contribuir para o desenvolvimento por meio da notícia significa o cumprimento de nossas finalidades editoriais. Afinal, é a informação o insumo mais valioso do século XXI.

Boa leitura!

■ OLHO POR OLHO

O governo do estado do Tocantins adotou política de reciprocidade fiscal com o Maranhão, equiparando as taxas de impostos às mesmas cobradas aqui. Após criticar o que chamou de aplicação de sobretaxas e retiradas de benefícios

fiscais pela Fazenda maranhense, o secretário da Fazenda do Estado do Tocantins, Paulo Antenor Oliveira, explicou que houve prejuízos com fechamento de empresas e diminuição do número de vagas de empregos. “Tomamos

essa medida para proteger e tornar nosso comércio mais competitivo”, declarou. Em Palmas, capital daquele estado, o supermercado Mateus fechou suas portas.

A elétrica Equatorial Energia, que controla as distribuidoras de eletricidade do Maranhão e do Pará (CEMAR e CELPA), divulgou o desempenho obtido com o negócio em 2016, encerrando o ano com um caixa consolidado de 3 bilhões de reais. O volume total de energia distribuída pelas empresas somou 3.948 gigawatts-hora, no período, com expansão de 1 por cento no mercado da CEMAR e contração de 3,7 por cento na CELPA, no quarto trimestre, maior do que o mesmo período do ano anterior.

■ ALTA VOLTAGEM



■ BENEFÍCIOS DO LEITE

Em Imperatriz, a expectativa é grande para a instalação, este ano, de uma unidade da indústria de laticínios Piracanjuba. O empreendimento vai funcionar nas dependências das antigas instalações da Cooperleite, localizada no bairro Bacuri, e terá previsão de captação de 120 mil litros de

leite por dia, gerando mais de 150 empregos diretos na fase inicial. Atualmente, o Maranhão tem uma produção anual de 393 milhões de litros de leite, que coloca o estado na 4ª posição em relação à produção do Nordeste e em 16º lugar no ranking nacional.

■ RECURSOS MINERAIS

O secretário de Indústria, Comércio e Energia do Estado, Simplício Araújo, entrevistado nesta edição de **Maranhão Industrial**, garante a continuidade de todas as ações relacionadas às fontes de energias não renováveis, mesmo com a fusão da Secretaria de Minas e Energia, após a reforma administrativa do governo no início do ano. Simplício informou que será feita uma catalogação de todos os recursos minerais encontrados no estado, por ações em diálogo com a FIEMA, a Secretaria de Meio Ambiente e os sindicatos de Mineração, para maior controle da atividade e dos licenciamentos adequados. Segundo ele, os dados serão importantes não apenas para o governo, mas principalmente para os empresários que queiram investir no setor.





DJALMA RODRIGUES

Jornalista e consultor de Comunicação da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), assessor de Comunicação da Câmara Municipal de São Luís e apresentador da Rádio Capital

AM, onde comanda os programas Notícias da Capital, da segunda a sexta-feira, das 17:30h às 19h. Foi diretor de redação do Jornal do Tocantins, em Imperatriz, diretor de Revisão do antigo Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE) e repórter dos jornais O Estado do Maranhão, Jornal Pequeno e repórter e diretor de redação do extinto Jornal de Hoje.

A Construção Civil foi o setor mais atingido pela crise econômica nacional. Qual a avaliação que o senhor faz das perdas para este segmento aqui no Maranhão



FÁBIO NAHUZ



Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (SINDUSCON)

Os impactos da crise econômica brasileira foram enormes em nosso setor, com proporção ainda mais grave se formos considerar que a indústria da Construção Civil é a maior do estado do Maranhão, a que mais gera empregos. E, quando a crise nos atinge, atinge também toda uma cadeia que envolve fardamento, alimentação, material de construção e outros itens. Ou seja, as consequências são diretas no enfraquecimento da economia maranhense. Um dos principais fatores agravantes foi a suspensão dos contratos do programa Minha Casa, Minha Vida, provocando grandes perdas de postos de trabalhos. Nossos índices de demissões no setor da construção civil chegaram a 700 mil postos de trabalho, diretamente, e indiretamente – pelos nossos cálculos

afetou cinco vezes mais, em decorrência da forte agregação da cadeia produtiva. Por outro lado, houve também um alto índice de distratos chegando aos 43,4% no ano passado, por parte de pessoas que não conseguiriam

“ Mas a crise trouxe também desafios à readequação do setor, promoveu a união dos empresários e uma interlocução importante com instituições financeiras, com os governos estadual e municipal para atenuarmos os efeitos. ”

pagar os imóveis adquiridos, com queda para a receita direta das construções. O CUB (Custo Unitário Básico da Construção Civil), no Maranhão, foi de R\$ 1.194,68 (mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos), em março deste ano.

Mas a crise trouxe também desafios à readequação do setor, promoveu a união dos empresários e uma interlocução importante com instituições financeiras, com os governos estadual e municipal para atenuarmos os efeitos. Ainda enfrentamos muitos problemas com a burocracia excessiva e é crucial para o setor a resolução do Plano Diretor da capital. A dinâmica do Sinduscon-MA (Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão) não foi afetada com a crise, muito pelo contrário.

■ INVESTIMENTO COM RETORNO GARANTIDO

O Sistema FIEMA deve investir, este ano, em suas unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI), um montante aproximado de R\$ 36 milhões em educação profissional, inovação e promoção da saúde e segurança do trabalhador da indústria. São recursos que, além de contribuir

para a formação profissional e melhoria da qualidade de vida dos industriários, aquecem a economia maranhense. De 2011 a 2016, o SENAI Maranhão capacitou 340 mil pessoas em todo o Estado. Já o SESI tem atendido às demandas da indústria maranhense, com ações que contribuem para o aumento da produtividade

e da competitividade, tendo como principal objetivo promover o bem-estar do trabalhador. Os recursos para as obras são oriundos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Departamentos Nacionais do SENAI e SESI, com contrapartida dos Departamentos Regionais.

■ MILHÕES EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SAÚDE E SEGURANÇA

Os resultados da política de investimento em educação profissional, saúde e qualidade de vida do trabalhador da indústria para a Região Tocantina e outros municípios não param. Em Açailândia, o Sistema FIEMA inaugurou as novas instalações do SENAI – um Centro de Educação Profissional e Tecnológica, com capacidade para atender 350 alunos por turno, oito novas salas de aulas e oito laboratórios modernos e dois novos cursos: um na área de Refrigeração e outro na área Automotiva. Foram investidos cerca de R\$ 12 milhões na estrutura e base tecnológica, com o objetivo de atender às vocações industriais do município e região. Em 2017, o Sistema FIEMA



vai executar ainda a construção, em Açailândia, de uma Unidade de Qualidade de Vida do Trabalhador da Indústria, com custo de R\$ 8,3 milhões. Em Imperatriz, já foi assinada ordem de serviço para o início de construção das futuras

instalações do SESI – um prédio moderno e funcional, com área de 4.620 metros quadrados, seis pavimentos e investimento de R\$ 10,8 milhões.

■ MARANHÃO E ESTADOS UNIDOS



O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), Edilson Baldez, recebeu no mês de março, o novo cônsul comercial dos Estados Unidos para o Nordeste, Geoffrey Stewart Bogart, que conheceu o potencial econômico do Maranhão e falou das possibilidades e prioridades de negócios do consulado americano nas áreas de saúde, tecnologia e energia renovável. O encontro contou com a presença dos diretores da FIEMA, Alexandre Rodrigues Ataíde e José de Ribamar Barbosa Belo, além de Francisco Magalhães da Rocha,

presidente do Sindibebidas, Nair Portela, reitora da UFMA, Paulo Henrique Aragão Catunda, pró-reitor de Extensão e Assuntos Estudantis da UEMA, Agenor Almeida Filho, diretor executivo do IFMA, Rachel Miranda, diretora Administrativa Financeira do Sebrae-MA, Albertino Leal de Barros Filho, superintendente da FIEMA, Marco Antônio Moura da Silva, diretor do SENAI, Roseli de Oliveira Ramos, superintendente do SESI, Luiz Vinícius Muniz, do Centro Internacional de Negócios da FIEMA e José Henrique Braga Polary, coordenador de Ações Estratégicas da FIEMA.

MESA FARTA

■ O bom desempenho das indústrias do setor alimentício do Maranhão evidencia um novo e promissor mercado, que se beneficia da pequena concorrência local.

Djane Sampaio



Investimento, consumo e até exportações. A partir da combinação desses três pilares, a indústria de alimentos vem ganhando força no Maranhão, trazendo produtos de qualidade para a mesa do consumidor e expandido o setor a outros estados do Brasil e até a outros países. Empresas como a Nutrichef, Café Viana, Indústria Mateus e Psiu vêm conseguindo se sobressair no mercado, mesmo sob os efeitos da crise econômica nacional. São empreendimentos que estão se tornando cada vez mais integrados, englobando não somente a produção de um produto específico, mas incluindo também um leque de produtos adicionais.

Há 16 anos no mercado local produzindo alimentos desidratados, a Pronutre tem registrado bom desempenho para se tornar uma referência no setor. A aposta da empresa é na linha Nutrichef, marca responsável pela fabricação de

sopas com sabores diversificados, mistura para mingau, arroz e risotos que surgiram da necessidade de atender segmentos distintos, ligados ao varejo e ao mercado de alimentação fora do lar. Escolas, hospitais, penitenciária, ongs e restaurantes populares estão entre o público atendido pela empresa. Em 2016, a empresa iniciou a fase de exportação para países como a República de Cabo Verde e, a partir daí, começou a investir em embalagens a granel de 25 e 30 quilos.

Outro exemplo de como a indústria alimentícia se consolida no mercado maranhense é a Indústria Viana ou o Café Viana, como é mais conhecida pelos maranhenses. Com um dos maiores parques produtivos, localizado em Imperatriz, em uma área de 4.500 m², a empresa realiza as principais etapas de beneficiamento do café, incluindo a seleção dos grãos, torrefação, moagem, aferição,

controle e envasamento. Responsável pela geração de 140 empregos diretos, os proprietários da empresa pretendem expandir a atuação dos negócios para cidades do Pará e Tocantins, regiões que já são atendidas pela indústria Viana. Além de cinco tipos diferenciados de café, o empreendimento produz filtros de papel, molhos e temperos.

Cardápio variado - O panorama do setor no Maranhão demonstra que os desdobramentos e a diversificação dos negócios estão na linha de frente para extrapolar o setor e abrir novas possibilidades de crescimento. Esse é caso que pode ser facilmente relacionado com a história da indústria Psiu, fábrica que iniciou suas operações em 1999 e que hoje atende a 193 municípios maranhenses, a partir dos seus dois centros distribuição, um em São Luís e outro em Imperatriz.

Geradora de 343 empregos diretos e mais de 500 indiretos, a empresa produz, além de refrigerantes, água mineral, bebidas mistas e energéticos. Entre os projetos de expansão estão a implantação da linha de garrafão de água de 20 litros, linha de latinhas e da linha de produtos saudáveis, com menos açúcar e sódio.

Ao comemorar os resultados da Psiu e o crescimento da indústria, o presidente Francisco Magalhães Rocha afirmou que o Maranhão é um estado que oferece múltiplas oportunidades para diversificados segmentos da indústria de alimentos. "Grande parte de tudo que é consumido no Maranhão vem de outros estados. Acredito

A MARANHENSE PSIU, FABRICANTE DE BEBIDAS NÃO ALCÓOLICAS: ATRÁS APENAS DA GIGANTE COCA-COLA NO MERCADO LOCAL

que qualquer indústria de alimentos que venha a ser implantada no nosso estado, se for bem gerida, vai dar certo. A Psiu é um exemplo clássico. Entramos no mercado há 17 anos e, durante esse tempo, temos assistido a um crescimento daquilo que a gente sonha para a Psiu. O mercado maranhense é muito promissor para a indústria

de alimentação", descreve. O contínuo. Hoje, somos a segunda indústria de bebidas não alcoólicas no Estado, atrás apenas da gigante multinacional que é a Coca-Cola. E ainda não atingimos nem metade daquilo que a gente sonha para a Psiu. O mercado maranhense é muito promissor para a indústria de alimentação", descreve.



A unidade fabril Bumba Meu Pão, indústria de pães do Grupo Mateus em São Luís, tem produção mensal de 500 toneladas de pão e outros itens de panificação e confeitaria, tais como doces, tortas e salgadinhos que abastecem 35 lojas da empresa, localizadas em São Luís, Imperatriz, Açailândia, Balsas, Santa Inês e nas cidades de Belém, Parauapebas e Castanhão no Pará. A indústria fica no Distrito Industrial, ocupa uma área construída de aproximadamente 4 mil metros quadrados e é a maior do setor de panificação em funcionamento na capital, responsável pela geração direta de 420 postos de trabalho. Criada há 10 anos, a Bumba Meu Pão oferece produtos de panificação com aspectos regionais e padroniza os produtos disponibilizados nas padarias das lojas do grupo.

Ao falar sobre o projeto de ampliação do empreendimento, o diretor da indústria Bumba Meu Pão, Leandro Ortegá, adiantou que a meta é dobrar a capacidade de produção nos próximos anos e construir uma nova unidade para atender à crescente demanda. "As indústrias alimentícias no Maranhão estão se consolidando cada vez mais, porém temos muito a expandir em diversas categorias de produtos do mundo do alimento. Acredito que seja questão de tempo, pois nossa mão de obra já está mais desenvolvida e o consumo cada vez mais forte, propiciando, assim, possibilidade de instalação de outras indústrias e a expansão das existentes", reforça.

O mercado promissor tem motivado empresários a investirem. Segundo dados da Junta

Comercial do Maranhão (Jucema), o Estado possui 3.200 indústrias alimentícias contabilizadas no cadastro de empresas ativas do órgão. Desse total, a capital maranhense fica com a maior fatia da Região Metropolitana, com 740 empreendimentos do ramo. O município de Imperatriz está na segunda colocação, com 298 empresas do setor, seguida de São José de Ribamar, com um total de 142 formalizações, Timon, com 104 e, por fim, Caxias com 102 indústrias do setor alimentício. São indústrias com portes diferenciados e fabricação distinta de produtos que precisam de investimentos constantes para ter uma cadeia produtiva competitiva.

Com foco na competitividade, lucratividade e sustentabilidade das



A FÁBRICA DE PÃES BUMBA MEU PÃO, DO GRUPO MATEUS, TEM PRODUÇÃO MENSAL DE 500 TONELADAS E PROMOVE A GERAÇÃO DIRETA DE 420 EMPREGOS

indústrias alimentícias da Região Metropolitana de São Luís, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas no Maranhão (Sebrae-MA) iniciou, em 2017, o Programa de Encadeamento Produtivo para atender, num primeiro momento, às empresas do setor de panificação localizadas em São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, fornecedoras da indústria Moinho Dias Branco, líder nacional na fabricação e venda de biscoitos e massas, com atuação em oito estados brasileiros. As empresas que aderirem à iniciativa terão um diagnóstico do negócio, capacitação e consultorias a partir das soluções do Sebrae.

De acordo com a gerente da Unidade de Negócios do Sebrae em São Luís, Giovanna Figueiredo e Silva, o objetivo é promover o desenvolvimento, produtividade e a ampliação dos negócios na região. "Superação das metas de venda, expansão de mercado, fortalecimento da marca, melhorias nos processos produtivos e gerenciais são alguns dos avanços esperados. Sabemos que não é simples fazer as adequações e, por isso, esse apoio aponta caminhos para mudança", reforçou a gerente.

UM MERCADO QUE ENGORDA NO BRASIL

A expansão da indústria de alimentos no Maranhão, o aumento de investimentos e o bom desempenho do setor são comprovados pelos dados divulgados no balanço da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA). De acordo com a entidade, o faturamento nominal do setor cresceu

9,3% em relação a 2015 e encerrou o ano de 2016 com o resultado de

R\$ **614,3** bilhões.

Os números de 2016 vão contra uma tendência dos últimos anos. Segundo a Associação, dentre as indústrias de transformação, a de alimentos e bebidas é a maior, com

R\$ **550,8** bilhões.

em valor bruto de produção (VBPI-IBGE/PIA 2014). O setor também é o que mais emprega:

1,6 milhão de funcionários.

SUSTENTÁVEL DE A a Z

Fundada em 2013, a Eco Brazil fabrica produtos, feitos a partir do aproveitamento integral do coco babaçu. Localizada em São Mateus (MA), possui uma linha de produtos que varia de óleos, azeites, biscoitos e cookies, doces, cocadas artesanais, sorvetes, sabonetes e carvão ecológico. A Eco Brazil abastece empórios, supermercados e lojas de produtos naturais em São Luís. Ainda em fase de estruturação da distribuição para outros estados, a empresa está investindo em um catálogo on line para atender ao mercado internacional. No Maranhão, trabalha junto a 10 cooperativas com aproximadamente 200 cooperativados, envolvendo também, no processo produtivo, extrativistas e quebradeiras de coco.



BEM NUTRIDA

Com uma linha de produção que inclui queijos tipo muçarela, coalho e ricota, vendidos para a capital maranhense e outros quatro municípios (Imperatriz, Caxias, Açailândia e Santa Inês), a Laticínios

Bethe fornece até para o Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e São Paulo. Localizada na zona rural do município de Açailândia, no Maranhão, a empresa vem se firmando na cadeia produtiva do leite e seus derivados.

LIMPEZA TOTAL

A marca Nutrilar, de soluções para limpeza doméstica, avança para se consolidar como um empreendimento de sucesso no Maranhão. Com 16 anos de história e 500 funcionários, a empresa sediada no município de Presidente Dutra iniciou com produção de sabão e hoje comercializa um mix que inclui água sanitária, sabão marmorizado e glicerinado, produtos para limpar alumínio, alvejante, desinfetante, amaciante, sabão líquido,

soda cáustica, limpador perfumado, esponja, pedra sanitária e, em breve, sabão em pó. Os produtos da Nutrilar já podem ser encontrados em centenas de pontos de venda de municípios maranhenses e em estados como Piauí, Tocantins, Pará e Amazonas (Manaus). A Nutrilar está expandindo a produção e construindo um novo parque industrial, com área fabril de 69 mil metros quadrados.





■ REDE SINDICAL DA INDÚSTRIA EM DIÁLOGO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) realizaram, no auditório Cássio Reis, na Casa da Indústria, a primeira edição do Diálogo da Rede Sindical, reunindo o presidente da FIEMA, Edilson Baldez, o superintendente da FIEMA, Albertino Leal, os diretores da entidade

e presidentes e representantes de 13 sindicatos patronais ligados à Federação. Por meio de videoconferência, o evento contou com a participação de representantes da CNI e da CAC Consultoria Política que, de Brasília, abordaram os possíveis cenários político e econômico do Brasil para toda a Rede Sindical da Indústria, que conta

atualmente com a participação ativa de 26 federações e de cerca de 600 líderes e executivos sindicais de 15 setores industriais. O presidente da FIEMA Edilson Baldez ressaltou, na abertura do evento, a importância da iniciativa da CNI de promover o diálogo para atualização sobre o que acontece na política e na economia do país.

■ SUSTENTABILIDADE PARA COMPETITIVIDADE

Quarenta empresas que compõem os sindicatos ligados à indústria imperatrizense receberão consultoria especializada para práticas de responsabilidade ambiental e sustentabilidade, por meio do programa de Gestão Sustentável e Competitividade para Micro e Pequenas Empresas, iniciativa do SESI Nacional. Um workshop deverá reforçar a iniciativa com a participação de empresários e representantes dos sindicatos, entre eles: Sinduscon do Oeste, Simetal, Sindimir e Sinpansimp.



■ PÃO DE CADA DIA

A cidade de Imperatriz recebeu, em março, o I Seminário de Gestão em Panificação. Com objetivo de aprimorar as técnicas de gestão, produção, marketing e vendas, o Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria de Imperatriz (Sinpancimp), realizou

o evento em parceria com o SEBRAE, no auditório da FIEMA. A capacitação foi ministrada pelo administrador e empresário Márcio Rodrigues, que possui mais de duas décadas de experiência no mercado de panificação, é idealizador do Instituto de Tecnologia

de Panificação e Confeitaria (ITPC) e já realizou mais de 4 mil palestras no Brasil e exterior. A iniciativa contou com a presença do presidente do Sinpancimp, Joanas Alves, além de empresários do setor de panificação e confeitaria da cidade.



O Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Maranhão (Sindirepa) realizou em março, em Imperatriz, a palestra: Oficina dá Dinheiro, mas tem que Administrar, ministrada pelo diretor executivo

da empresa Ultracar, Fábio Moraes, com 25 anos de experiência em gestão e administração de oficinas, que destacou as principais falhas no processo produtivo e administrativo das reparadoras de veículos. A iniciativa contou

com a participação da vice-presidente do Sindirepa, Leonor de Carvalho, empresários ligados ao setor automotivo e representantes do Sebrae.

TRILHA DE DIFÍCIL ACESSO

■ Centros de fortalecimento da economia e fomento à atividade industrial, os distritos industriais do Maranhão enfrentam problemas que vão além da precária infraestrutura.

Benedito Lemos Júnior



Ruas crivadas de buracos, matagal invadindo galpões, algumas construções abandonadas, placas de aluguel. A descrição parece ser de um bairro abandonado na periferia de qualquer estado brasileiro, mas é este o quadro atual do Distrito Industrial de São Luís, capital propagandeada aos empresários do Brasil e do mundo por sua localização estratégica, extraordinárias condições portuárias e outros atrativos.

O empresário Fernando de Almeida Moraes, proprietário da Premax Serviços de Concretagem Ltda, narra as dificuldades vividas pelos empresários instalados no Distrito Industrial de São Luís: “os acessos são péssimos, as ruas,

esburacadas. Não temos segurança, enfim nenhuma infraestrutura. Cumprimos a nossa parte ao recolhermos todos os meses impostos e o governo não faz a sua”, desabafa. Fernando Moraes acrescenta que o módulo I do distrito da capital, em especial, é totalmente viável, basta o governo investir dando reais condições de produção e produtividade às empresas ali instaladas. “A localização é boa, mas, todos os dias enfrentamos muitas dificuldades e obstáculos. Uma delas, é o acesso ruim à BR-135 e sem sinalização”, destaca o proprietário da Premax.

Criado por meio do Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980, o Distrito Industrial de São

Luis possui problemas que extrapolam a precária infraestrutura. A legislação ambiental, por exemplo, somente entrou em vigência seis anos após a implantação do Distrito e não é cumprida por nenhuma empresa instalada no local.

A situação não é melhor em municípios como Pinheiro e Rosário, cujas obras estão paralisadas há cerca de dois anos. Em Bacabeira, só existe o projeto. Muitos não possuem qualquer perspectiva de efetiva ocupação por empresários locais, de outros estados ou do exterior.

Expectativa - O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pinheiro, Edson Wanderley Pinheiro, vive da expectativa de que as obras sejam retomadas. "Pinheiro, hoje com cerca de 100 mil habitantes, está distante 120 km de São Luís, 498 km do Pará e 490 km para o Piauí. Portanto, nós estamos no eixo, no centro, do que pode ser um grande centro de distribuição. Temos um aeroporto a 4,5 km de nossa cidade, onde pode pousar aviões de pequeno e médio porte, sem nenhum problema", explica. Ele ressalta que a conclusão da obra é fundamental e essencial para o desenvolvimento de aproximadamente 21 municípios da Baixada Maranhense, para beneficiar uma população de 1,5 milhões de habitantes.

Há um ano, o Governo do Estado anunciou a implantação de um novo centro industrial para São Luís, localizado a 15 km do Porto do Itaqui, com área de 220 hectares. Em solenidade no Palácio dos Leões, foi amplamente divulgado que o local teria ruas pavimentadas, rede de internet, setor administrativo, serviços bancários e públicos - com ligação de água e energia, estacionamento de grande porte, portaria e base para tratamento de resíduos sólidos e líquidos. O prazo dado, à época, para o início das obras era de seis meses. Em seguida, foi divulgado que a implementação do novo distrito industrial seria em janeiro de 2017. Agora, o Estado aguarda o final do período de chuvas para cumprir a promessa.

Segundo justifica o secretário de Estado de Indústria e Comércio, Simplicio Araújo, a situação é reflexo de erros cometidos por governos anteriores, que não realizaram estudos de viabilidade técnica e vocação econômica para as suas instalações, além de péssima localização. "Foi um equívoco a construção da maioria dos distritos no Estado do Maranhão. Muitos deles representam dois custos enormes ao governo, o da construção e da manutenção", condena. Simplicio contabiliza que foram gastos R\$ 20 milhões, em média, em suas construções e R\$ 4 milhões, em 2016, em manutenção.

"Vamos entregá-los com todas as condições necessárias

LOGO À ENTRADA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE SÃO LUÍS, UMA CONSTRUÇÃO ABANDONADA SINALIZA A SITUAÇÃO DO LOCAL



para o seu pleno funcionamento. A administração e manutenção ficará por conta dos empresários”, explica. Em distritos industriais, como o de Imperatriz, Caxias e Pinheiro, na visão do secretário Simplício, o futuro não é dos mais auspiciosos. “O distrito de Pinheiro fica afastado da cidade e em uma área de desnível muito grande. O de Caxias, a 12 km da cidade, encarecendo custos para a implementação de empreendimentos nesses locais, com custos adicionais como a implantação de uma linha especial de ônibus e refeitórios para os funcionários das empresas que lá se instalarem. O empresário busca melhor localização para seus empreendimentos. Mesmo com todos os nossos esforços em prospectar investimentos para esses distritos a taxa de ocupação será baixa. No de Imperatriz, a nossa expectativa é de 30 a 40% de utilização”, argumentou,

enfatizando que o empresário busca uma segurança de 20, 30 anos para expandir ou implementar seus empreendimentos.

Mais do que infraestrutura - Para o empresário e consultor Pedro Dantas da Rocha Neto, ex-secretário de Indústria e Comércio, não basta que o governo apenas implante distritos industriais, mesmo que tenham toda infraestrutura necessária. Rocha Neto defende uma mudança nos paradigmas de gestão, com implementação de Zonas de Processamento de Exportação Alfandegária, onde os empresários tenham real competitividade no mercado local e internacional, como acontece nos chamados Distritos Industriais e Tecnológicos chineses ou os clusters, que se proliferaram ao longo de Hong Kong e Macau, cidades percorridas por ele em missão internacional.

“Todos nós já sabemos que o Maranhão possui localização geográfica privilegiada, porto de maior calado, menor distância com os principais portos mundiais, entre outras vantagens. Mas é preciso muito investimento e o empresário não conseguirá fazê-lo sozinho”, explica o empresário. E enumera a necessidade de uma conjugação de medidas e fatores que vão da implementação de ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação) alfandegada, transporte multimodal, que se dialogam e se complementam, além de incentivos fiscais, possibilitando a expansão e criação de novos negócios e, conseqüentemente, empregos, renda e produção para exportação. O caminho de transformar os distritos industriais maranhenses em centros de fortalecimento da economia do estado é promissor, mas ainda longo.

SITUAÇÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS DO MARANHÃO

Segundo a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado, existem atualmente 15 parques e distritos industriais no Maranhão, localizados nas cidades de Açailândia, Aldeias Altas, Bacabeira, Bacabal, Balsas, Caxias, Estreito, Grajaú, Imperatriz, Porto Franco, Pinheiro, Rosário, São José de Ribamar, São Luís e Timon. O órgão classifica a situação e cada um, da seguinte forma:

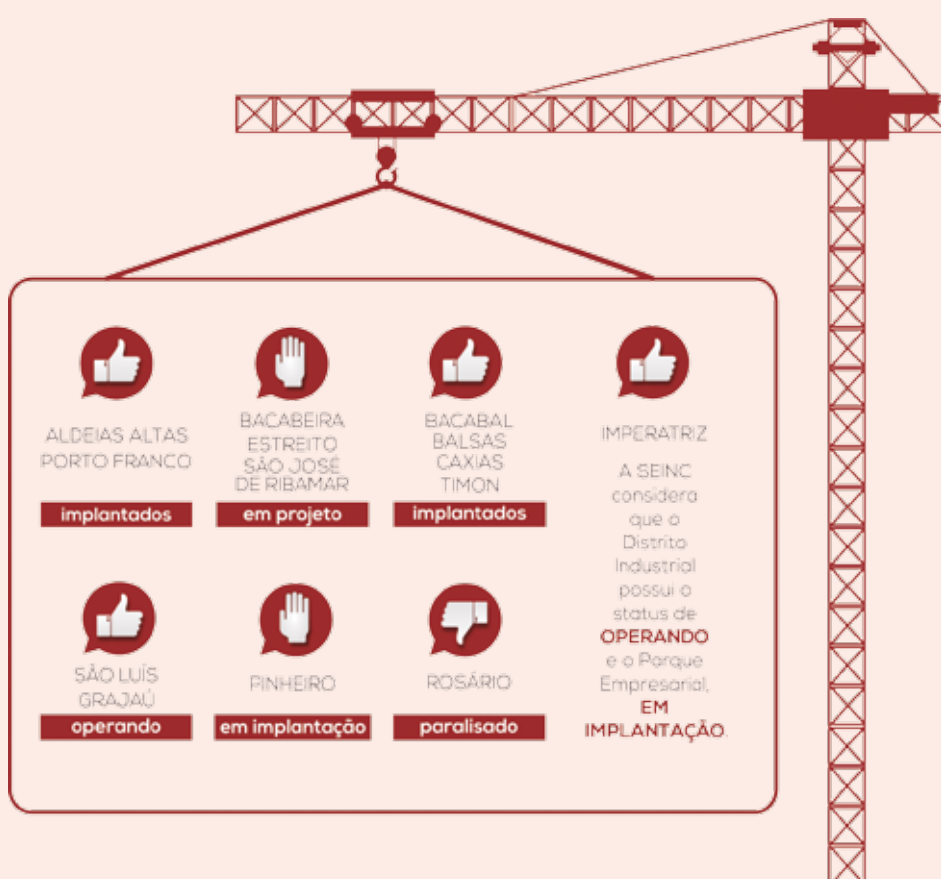




Foto - Miguel Ângelo

A FORÇA DA INTEGRAÇÃO PARA O BRASIL VOLTAR A CRESCER

Robson Braga de Andrade

A indústria brasileira ainda enfrenta graves dificuldades com o fechamento de fábricas, demissões e problemas financeiros. Temos o grande desafio de reverter esse quadro e, assim, contribuir com a retomada do crescimento econômico do país. Apesar do cenário adverso, o setor apresentou, em janeiro, alguns indicadores positivos, como o crescimento do faturamento em 0,7%, em comparação com dezembro de 2016, e o rendimento médio do trabalhador, que cresceu 0,6% no mesmo período. Mas ainda precisamos de mais números positivos ao longo do ano para a consolidação da recuperação.

Para fazer a economia voltar a crescer, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as federações das indústrias dos estados, a exemplo da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIE-MA), têm contribuído fortemente com a agenda de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Esse movimento articulado influencia positivamente a tomada de decisões pelo poder público. No

campo das relações de trabalho, por exemplo, o governo enviou, para a análise dos parlamentares, uma minirreforma da legislação, crucial para elevar os investimentos e gerar empregos. A proposta trata de temas importantes, como a valorização da negociação coletiva.

Na esfera da política econômica e tributária, conseguimos a simplificação do Bloco K, que estabelece uma série de regras de apresentação de dados às autoridades fiscais. A alíquota do Reintegra, que devolve parte dos impostos embutidos nas exportações, foi mantida em 2017, os governos estaduais descomplicaram algumas obrigações acessórias, e o Supersimples, regime de pagamento único de impostos, foi modificado, instituindo vantagens para micro e pequenas empresas.

Além desses resultados em nível nacional, fruto do apoio das federações, cada uma delas tem adotado uma atitude proativa em favor do fortalecimento industrial regional. A FIE-MA empreende esforços significativos para a melhoria dos indicadores industriais, do desenvolvimento econômico da Região Nordeste e da competitividade das empresas do estado.

“ Para fazer a economia voltar a crescer, a CNI e as federações das indústrias dos estados, a exemplo da FIE-MA, têm contribuído fortemente com a agenda de desenvolvimento econômico e social do Brasil. ”

Entre as iniciativas de destaque, está a criação do Maranhão for Business, ação que integra o estado à economia mundial, com a promoção de encontros de negócios e atração de investimentos com Estados Unidos, Canadá, China, Alemanha, Bélgica, Espanha, Holanda e Liga Árabe.

No âmbito da educação profissional, a FIE-MA, por meio do SENAI, inaugurou novos laboratórios em dois centros de educação profissional e tecnológica: no Monte Castelo e Tibiri, oferecendo ensino profissionalizante de excelente qualidade. Também realizou quase 40 mil matrículas em 2016 em várias modalidades de ensino, atendendo muitas empresas.

Com esse trabalho articulado, podemos ajudar o país a superar as dificuldades que atrasam a completa realização do nosso potencial como grande nação. Nesse processo, a FIE-MA, sob a liderança do presidente Edilson Baldez das Neves, tem contribuído enormemente para que o Brasil retome o caminho do desenvolvimento econômico e social.

Robson Braga de Andrade é presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A TODO GÁS

■ Condições altamente favoráveis contribuem para que o Maranhão se transforme, de fato, na nova fronteira energética do Brasil.



A gosto de 2010. Os principais jornais do Maranhão estampavam as declarações do empresário Eike Batista, à época um dos homens mais ricos do mundo, de que havia “meia Bolívia em gás no Maranhão”. Detentor de um dos maiores potenciais de gás natural do Brasil, na região leste, com oeste do Piauí e áreas de menor extensão em outros estados, compondo a Bacia do Parnaíba (uma das quatro maiores bacias paleozoicas brasileiras), o estado é a nova porta de entrada para investidores de todo o país. Porém, sem as megalômanas projeções iniciais.

“O anúncio, eu me lembro como se fosse hoje, de grandes volumes de gás feito pelo Eike Batista. Foi muito exagerado”, afirma o secretário de Indústria, Comércio e Energia do Estado, Simplicio Araújo, que admite não existir um excedente de gás natural no momento a ser utilizado para fins industriais. Ainda pairam muitas dúvidas sobre o propalado potencial de gás no estado, já chamado pelos órgãos governamentais locais de “a nova fronteira energética do gás natural.”

Em outubro de 2015, na 13ª. rodada de licitações de blocos exploratórios de gás, realizada pela

ANP (Agência Nacional de Petróleo), o Maranhão foi o estado que mais atraiu investidores, com 6 blocos arrematados, em um leilão realizado em meio a solavancos na economia nacional, que terminou somente com 14% de arremates. O volume hoje estimado de reservas, a partir de estudos já realizados, está na ordem de 27 bilhões de metros cúbicos. A Parnaíba Gás Natural, principal empresa instalada em território maranhense, possui 101 poços exploratórios na Bacia do Parnaíba. Mas os números promissores não param por aí. Estudos da própria ANP indicam que a reserva atual corresponde a apenas 10% do total estimado.

Além do horizonte - “Pelo curto espaço de tempo, a Bacia do Parnaíba já produz muito, mesmo assim ainda está aquém da potencialidade, daquilo que pode entregar de riqueza e de atração de novos investidores”, afirma a diretora-presidente da Gasmar (Companhia Maranhense de Gás), Telma Thomé. Com mais de 20 anos de experiência no ramo, a diretora da concessionária do estado considera: “as empresas estão esperando que o cenário econômico no Brasil apresente um risco mais previsível. Não podemos esquecer disto. Mas eu garanto que, nos próximos 5 anos, o Maranhão será o estado que mais vai crescer neste setor”. A declaração nada tem de exagerada, baseia-se em estatísticas. Em 2016, houve um acréscimo de 75% na capacidade de produção de gás natural, de 4,8 para 8,4 milhões m³/dia (metros cúbicos por dia). O estado passou a ocupar, juntamente com o Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas, Espírito Santo e Bahia, uma posição de destaque no ranking de produção nacional. Dados oficiais da ANP (**ver gráfico na página 22**), de dezembro de 2016, apontam o Maranhão como o sexto maior produtor de gás natural do país. A riqueza tem



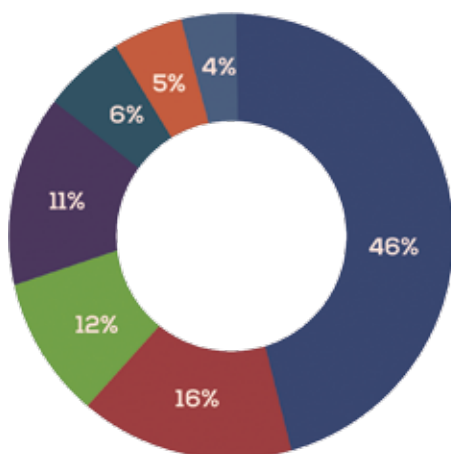
A DEPUTADA ESTADUAL ANA DO GÁS (PCDOB): LIDERANÇA REPRESENTATIVA DO POTENCIAL DE GÁS NO ESTADO

gerado lucro e até mesmo turbinado o surgimento de representantes na política local. A deputada Ana do Gás (PcdoB) recebeu o sobrenome fictício logo após o início da exploração do gás no município de Santo Antônio dos Lopes. “As lideranças locais se preocuparam em ter um representante no parlamento para acompanhar e resguardar nossos direitos e garantir que a região fosse beneficiada”, justifica a deputada, explicando a origem do “gás” no nome registrado em cartório, Ana Mendonça.

Panorama atual - Existem hoje oito empresas concessionárias presentes no estado, em fase exploratória, já que os contratos assinados com a ANP permitem um prazo de até 5 anos para a produção. Após arrematar blocos de gás, as empresas passam a ter direitos de concessão de exploração, desenvolvimento e produção de gás natural. Atualmente, a única que produz no Maranhão é a Parnaíba Gás Natural (PGN), a maior empresa privada de exploração e produção de gás natural do país, que surgiu após transações bilionárias e acordos de recuperação judicial envolvendo a ENEVA e OGX, do empresário Eike Batista. As reservas de gás em produção no Maranhão atendem à demanda de usinas do Complexo Termelétrico Parnaíba. O gás é utilizado em turbinas e motores para geração de energia elétrica que vai para o Sistema Elétrico Nacional, abastecendo o Maranhão e outras regiões do Brasil, porém, distribuído apenas para as usinas termelétricas. O gerente de relações institucionais da Parnaíba Gás Natural, Marco Túlio Rodrigues,

O INÍCIO DA EXPLORAÇÃO DE GÁS NO ESTADO JÁ SINALIZA BOAS PERSPECTIVAS PARA UM NEGÓCIOS DE SOMAS ESTRATOSFÉRICAS





Fonte: ANP/SDP/SIGEP - Dez/2016

Gráfico 1. Distribuição de Gás Natural por Estado



explica que os atuais níveis de consumo de energia em São Luís não justificam investimentos para um eventual abastecimento (domiciliar, industrial, comercial e automotivo). “O esforço que a companhia faz para explorar o gás no Maranhão serve de demonstração para atrair mais investidores ao estado. Estamos falando em somas estratosféricas”, justifica. Apenas para se ter uma ideia dos vultosos investimentos, a empresa gastou cerca de 140 milhões de reais para a construção de um gasoduto de 22 km, ligando os municípios de Trizidela do Vale a Lima Campos.

É inquestionável a importância do potencial de gás maranhense, considerando a crise energética que afeta o país, há décadas. Sofrendo os efeitos da retração econômica nacional, o Governo do Estado promoveu este ano uma reforma administrativa e fundiu a Secretaria de Minas e Energia com a Secretaria de Indústria e Comércio. Mas a mudança parece não ter afetado o bom desempenho do setor, controlado pela Gasmar, nos aspectos da segurança da distribuição e comercialização do gás natural. A empresa opera comercialmente há apenas 3 anos, já se preparando para expansão do negócio no estado.

Entraves - Há, entretanto, alguns obstáculos na rota percorrida pelo Maranhão para alcançar o pátio de nova fronteira energética do Brasil. Ex-diretor da ANP, o maranhense Allan Kardec Duailibe observa: “O Maranhão já está produzindo bem, mas o estado tem que explorar isso a seu favor. E isto só pode acontecer se houver um diálogo com as leis federais”. Ele considera que existe uma lacuna de legislação específica para o setor. “Na verdade, esse modelo, que eu diria o modelo maranhense, possui uma contradição entre a legislação de gás e a legislação do setor energético, então essa é a grande questão a ser resolvida. É preciso que a bancada **(de deputados federais)** maranhense atente para isso”. Kardec, professor de Engenharia Elétrica da UFMA, com doutorado e pós-doutorado no Japão, faz uma distinção: a regulamentação da produção e distribuição do óleo e gás no Brasil foi feita para a indústria de óleo. “Mas uma coisa é produzir óleo e outra coisa é produzir gás”. O engenheiro destaca ainda a necessidade de aumentar o potencial, nos termos do gás não convencional, algo que também demanda legislação federal. “São necessários maiores investimentos para aumentar a produção. Não há

interesse em gasodutos. O empresário faz contas. O empresário quer garantias jurídicas. Se não houver um ambiente juridicamente em que se possa investir, ele não investe. A outra é a garantia de preço. E isso implica em fazer um investimento de longo prazo”, argumenta. Neste mercado, as cifras costumam de fato ser superlativas. Em 2014, a Parnaíba Gás Natural foi destaque no jornal Valor Econômico por ter registrado um lucro de R\$ 122 milhões, resultado 863% superior aos R\$ 12 milhões alcançados em 2013. Os cofres públicos do pequeno município de Santo Antônio dos Lopes, localizado a cerca de 320 km de São Luís, também têm engordado com os royalties recebidos, nos últimos anos. Estados e municípios são beneficiados pela compensação financeira repassada pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro, como forma de remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis. Para se ter uma ideia, o município, de apenas 14 mil habitantes, recebeu em 2016 o total de 9 milhões 978 mil 304 reais e 83 centavos do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), quantia bem inferior aos 12 milhões,

581 mil 909 reais e 69 centavos recebidos em royalties, acumulados em 2015.

A diretora-presidente da Gasmar, Telma Thomé, atesta o bom negócio: "No gás, existe uma característica, a de que toda a cadeia tributária se consolida dentro do estado. Sob o ponto de vista tributário, é altamente atrativo para que o Maranhão comece logo a distribuir". Para o ex-diretor da ANP, Allan Kardec, o Maranhão precisa ter mais combustível para subir de patamar. "Nós estamos produzindo bem, mas para entregar na elétrica é só. Nós não temos hoje como distribuir esse gás", defende que a produção de gás no estado não seja somente para destinação térmica. O setor é promissor, mas faltam gasodutos e outros investimentos, além de uma legislação específica para contemplar o futuro do negócio.

KARLA THOMÉ - DIRETORA PRESIDENTE DA GASMAR FAZ PROJEÇÕES OTIMISTAS PARA O SETOR NOS PRÓXIMOS ANOS



ENTENDA MAIS

O QUE É GÁS CANALIZADO?

O serviço público de distribuição de gás canalizado consiste no fornecimento de gás natural por meio de uma rede de gasodutos, de maneira a atender às necessidades dos setores industrial, comercial, residencial, automotivo e outros. Assemelha-se, em alguns aspectos, aos serviços de distribuição de água e energia elétrica, sendo prestados diretamente pelo Estado ou por uma concessionária regulada por ele. No caso do Maranhão, a concessionária é a GASMAR (uma empresa de economia mista, com participação

majoritária do Estado do Maranhão) e a agência reguladora é a ARSEMA. Não deve ser confundido com outros mercados de gás, como o de GLP (gás liquefeito de petróleo, o "gás de cozinha"), realizado por meio de botijões de gás e de abastecimento em recipientes específicos, para condomínios e algumas indústrias - em um mercado de livre concorrência - por exemplo. Nestes, a regulação e fiscalização é exercida pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), na esfera federal.

COMO FUNCIONA A CADEIA DO GÁS NATURAL?

Geralmente, uma empresa adquire blocos (áreas de diversos tamanhos, em terra ou no mar) através de licitações promovidas pela ANP, os explora, descobre onde há gás natural e o extrai de diversos poços. A partir daí, através de gasodutos, passando por uma unidade que trata o gás e retira suas impurezas, o "entrega" na rede de distribuição da concessionária. No caso mais comum, a

concessionária compra o gás do transportador - também um concessionário - ou produtor e distribui e comercializa para o consumidor final. Já no caso de grandes consumidores - como uma usina termelétrica movida a gás ou grandes siderúrgicas - o produtor pode vender diretamente para estes grandes clientes. Neste caso, a concessionária distribui o gás e é remunerada por este serviço.

QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO MARANHENSE POR CONTA DA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL?

Como benefícios para a população maranhense frutos do desenvolvimento dessa nova indústria no estado, estão: a abertura de novas vagas de trabalho, a criação de novos cursos de níveis técnico e superior - a fim de que se tenha mão de obra local qualificada para a indústria de gás natural, como em Pedreiras (IFMA) - geração de renda, com mais dinheiro circulando nas cidades em que há exploração e produção de gás - e a

criação/ampliação de negócios de apoio aos empreendimentos estabelecidos na região (com fornecedores locais de hospedagem, catering e os mais diversos serviços, por exemplo), recursos "entrando" nos municípios onde há produção de gás (na forma de impostos e royalties) e para o estado do Maranhão (na forma de impostos) e que podem ser aplicados na melhoria de saúde e educação, etc.

MARANHÃO MAIS PRODUTIVO

■ O estado superou a média nacional de produtividade, no programa Brasil Mais Produtivo, que promove melhoria de resultados nas empresas, com ajustes de correções de procedimentos.

Djane Sampaio

Poderia ser apenas arruibo de um empresário ávido para estar na vanguarda das mudanças bem-sucedidas. Mas não é. O case da Inova Ambientes e de outras empresas como Horizonte Madeiras, Átala Colchões, Salenro Móveis e Cazol Colchões, todas instaladas em solo maranhense, constitui, de fato, uma ruptura com processos

de produção caracterizados por desperdícios, excesso de processamento, de tempo de espera e por outras práticas rotineiras, porém, que trazem obstáculo à eficiência da produção. Agora, a meta principal destas empresas não é apenas produzir mais. É produzir mais, utilizando cada vez menos e em menos tempo.

São empreendimentos que adotaram uma sincronia de estratégias rápidas e de baixo custo, que estão gerando impactos diretos na produtividade dos seus negócios. Um dos exemplos é o da Inova Ambientes, empresa com 23 anos de mercado, 60 funcionários, especializada em desenvolvimento de projetos e fabricação de móveis planejados. Segundo o

EMPRESAS TORNAM-SE MAIS COMPETITIVAS APÓS ADOTAREM PRÁTICAS DO PROGRAMA BRASIL MAIS PRODUTIVO



proprietário, Wagner Policarpo, as boas práticas sempre foram uma preocupação constante na gestão do fábrica, tais como os princípios de qualidade que envolvem gerência participativa, valorização dos colaboradores, garantia de qualidade, aperfeiçoamento contínuo e satisfação dos clientes. Mas, ainda assim, ele sabia que era preciso maximizar os resultados da empresa, neutralizando o efeito paralisante do atual cenário econômico do país. Hoje, na avaliação do empreendedor, é possível afirmar que esse objetivo tem sido alcançado com êxito.

Essa trajetória suscita uma questão: como a Inova e as empresas citadas acima estão readequando com sucesso os seus modelos de gestão neste cenário de incertezas? A resposta a esta indagação enfatiza pontos objetivos: 120 horas de consultoria, três meses de intervenção de ordem prática, rápida e simples, com foco nos problemas produtivos. São correções capazes de desencadear um salto nos resultados da indústria brasileira e tem um nome: programa Brasil Mais Produtivo. Lançado em todos os estados do Brasil, incluindo o Maranhão, a iniciativa se prepara para entrar em fase de expansão. Além das três mil vagas já disponíveis no programa, a nova etapa, prevista para os próximos meses, atenderá 15 mil empresas no país, das quais estão previstas pelo menos 140 no Maranhão até 2018, e agregará um novo setor, o de Equipamentos Médicos e Odontológicos, além dos quatro que já são atendidos (Metalmeccânico, Moveleiro, Vestuário e Calçados, Alimentos e Bebidas). Em outras duas frentes de ação, o programa deverá incorporar novas metodologias: a eficiência energética das indústrias e adotar instrumentos de manufatura avançada.

O Programa – que tem a coordenação técnica do SENAI – já contabiliza ganhos expressivos para as empresas participantes.

No Maranhão, seis empresas já tiveram o processo concluído e, por meio de técnicas de manufatura enxuta, que se baseia na redução de sete tipos de desperdícios (superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento,



O EMPRESÁRIO WAGNER POLICARPO, DA INOVA AMBIENTES, OBTEVE 33% DE AUMENTO NA PRODUTIVIDADE NO SETOR DE PINTURAS

inventário, movimento e defeitos), alcançaram 60% de aumento na produtividade nos setores atendidos, com destaque para a empresa Horizonte Madeiras, de Imperatriz, que registrou um aumento de 114% de crescimento em um setor específico da produção.

Maranhão no topo - De acordo com o diretor regional do SENAI - Departamento Regional do Maranhão, Marco Antônio Moura da Silva, os resultados no estado superaram a média de produtividade do Brasil que, até o momento, teve um aumento de 52%. "Focar na melhoria de produtividade das pequenas e médias empresas do setor industrial. Esse é o principal objetivo do Programa Brasil Mais Produtivo, que visa à melhoria de resultados nas unidades empresariais a partir de correções rápidas no processo produtivo, sem necessidade de grandes investimentos em infraestrutura" explicou o diretor.

A Inova Ambientres, primeira empresa no estado a aderir ao programa, contabilizou um aumento de 33% de ganhos na produtividade no setor de Pinturas, setor prioritário identificado pelo programa. Isso foi possível graças à consultoria recebida, com levantamento de diagnóstico dos problemas e da implantação de estratégias para correção de cada um dos itens. O trabalho envolveu várias ferramentas, dentre elas: treinamentos direcionados, trabalho em equipe, readequação de layout de matérias primas, aplicação da ferramenta 5S nos setores e implantação de procedimentos operacionais padronizados.

Segundo os consultores do SENAI, que avaliaram toda a cadeia produtiva dentro da Inova, as empresas precisam se reestruturar com a redução de custos de produção para serem mais competitivas. Isso vai à contramão da máxima de políticas industriais anteriores,

que focavam mais o ambiente externo. O foco agora é da porta para dentro dos empreendimentos. “Existem desperdícios que são intrínsecos ao processo e muitas vezes não são mensurados pela empresa. A consultoria vem para trazer um novo olhar para os impactos que esses desperdícios causam”, explica.

A explicação do consultor é atestada pelo proprietário da Inova, Wagner Caldas. Ele atribui à consultoria técnico-gerencial o fator determinante para a implantação das melhorias. “A metodologia do programa contribuiu, consideravelmente, para a melhoria dos nossos processos. Há diversos aspectos positivos, como baixo custo, rápida intervenção, engajamento dos funcionários e resultados em curto prazo, pois em menos de três meses de participação já podemos mensurar resultados muito positivos”, relata com otimismo.

O Brasil Mais Produtivo é coordenado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e executado em parceria com o SENAI, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Além disso, conta com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Podem participar do programa as indústrias manufatureiras de pequeno e médio porte que tenham entre 11 e 200 empregados. O investimento por parte da empresa é de R\$ 3 mil, que pode ser financiada pelo BNDES. Como o programa tem um custo de R\$ 18 mil, os R\$ 15 mil restantes são pagos pelo Governo.

EXPANSÃO DO PROGRAMA*

Com alta adesão ao Brasil Mais Produtivo e os resultados expressivos verificados entre os participantes, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), trabalha em uma proposta de expansão, dividida em três fases. A etapa atual, que destinou três mil vagas em todo o Brasil e R\$ 50 milhões em recursos, terá pelo menos 300 vagas a mais, agregando um novo setor ao programa: equipamentos médicos e odontológicos. Para esta nova fase, serão destinados R\$ 4,5 milhões. Em outra linha, o Brasil Mais Produtivo abordará a Eficiência Energética das indústrias. Utilizando método semelhante, a proposta é, de imediato, reduzir desperdícios de energia dentro da indústria. Em um

segundo momento, o objetivo é buscar eficiência energética de forma global, dentro da firma, por meio da análise e melhorias no consumo de recursos de produção, no chão-de-fábrica. A abordagem terá como base as premissas da ISO 50001. A terceira fase do projeto de expansão contempla os instrumentos de Manufatura Avançada. A proposta é aumentar a produtividade e proporcionar um salto qualitativo para as empresas atendidas. Com a participação de oito a dez empresas, será realizado um projeto piloto, em parceria com a CNI e o SENAI para elaborar, testar e aprimorar a metodologia. Serão destinados R\$ 1,5 milhão em recursos do Senai para o projeto.

* Informações da Assessoria de Comunicação Social do MDIC

NÚMEROS DO PROGRAMA*

- Atualmente, já foram fechados 1.127 contratos no Brasil;
- Dos 1.127 contratos, 907 estão em execução e 220 concluídos, desde o início do programa, em maio de 2016;
- No Maranhão, o programa atende 20 empresas, com predominância do setor moveleiro. Além da Inova Ambientes e da Horizonte

Madeiras, o programa finalizou no Estado o atendimento na Átala Colchões, que obteve um ganho de 80% na produtividade e Salenro Móveis, com 58%, ambas em Imperatriz. Na capital, as consultorias foram concluídas na Cadzol Colchões, que atingiu a média nacional do Brasil Mais Produtivo, com 20% de ganho nos resultados e a Maranhão Colchões com 58%.

VANTAGENS DO PROGRAMA*

MÉDIA DO AUMENTO DE PRODUTIVIDADE	REDUÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO	GANHOS DE QUALIDADE NO PROCESSO	PAYBACK DO PROGRAMA (R\$ 18MIL)	PAYBACK DA EMPRESA (R\$ 3MIL)
52,7%	70%	56,5%	4 MESES	1 MÊS

* Informações da Assessoria de Comunicação Social do MDIC

DESEMPENHO DE EXCELÊNCIA

■ De olho em potenciais fornecedores, empresas maranhenses investem em ferramentas gerenciais para garantir qualidade aos produtos e serviços ofertados.

“Para atender os clientes em todas as suas necessidades e se tornar referência no fornecimento de produtos em aço para os mais diversos fins, nossa empresa entende que é indispensável investir em capacitação”. É assim que a diretora da Ferronorte, Raquel Alves, resume a importância de estratégias e processos bem definidos para garantir o desenvolvimento contínuo de funcionários e o compromisso com a total satisfação dos clientes. Com quatro unidades em São Luís, a empresa possui uma trajetória de crescimento que ilustra bem a importância de boas práticas empresariais para o sucesso do negócio. São 23 anos no mercado maranhense fornecendo produtos e serviços para segmentos da área Metalúrgica, Industrial, Serralheria, Construção Civil e peças de comunicação visual.

Outra empresa que aderiu à implantação de programas de qualidade é a maranhense Elétrica Visão. Especializada no reparo de motores elétricos, recuperação de transformadores, manutenção de geradores de pequeno e grande porte, além de bombas centrífugas e máquinas de solda, o empreendimento soma 22 anos de atuação. É considerada a melhor empresa do ramo no Maranhão e vem. Anualmente, sendo avaliada e certificada, com melhoria contínua na gestão de seus negócios.

As estratégias de gestão adotadas pelas empresas reúnem o que os especialistas chamam de fórmula certa para manter a taxa



A EMPRESA MARANHENSE FERRONORTE - ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS EM AÇO ADERIU AO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO

de crescimento em alta nos negócios: aprimorar processos, inovar, realizar a gestão financeira e pessoal, atuar de forma direcionada, interagir com clientes e promover capacitação permanente para atender aos requisitos exigidos pelo mercado. São ações que minimizam os custos e aumentam a confiança do público-alvo. E é exatamente esse caminho que, há 18 anos, vem sendo trilhado por centenas de empresas no Maranhão por meio do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF). Considerado um instrumento estratégico de articulação entre o poder público e a iniciativa privada, o Programa – criado pelo Governo do Maranhão – hoje é gerido pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) e mantido por cinco grandes empresas instaladas no Maranhão: Alumar, Cemar, Eneva, Solar e Vale, com o apoio de diversas instituições ligadas ao comércio e indústrias locais.

Capacitação gerando valores – A premissa do programa, que reúne todos os componentes de um case clássico de sucesso, é trabalhar para evitar que se importe, de outros estados ou países, o que pode ser feito por empresas e pessoas estabelecidas no Maranhão, gerando emprego, renda e qualidade de vida no estado. No total, mais 120 empresas foram certificadas em São Luís, Imperatriz e Açailândia pelo Programa de Certificação de Empresas (PROCEM) – uma das ferramentas do PDF, e outras centenas receberam capacitação em gestão empresarial por meio da parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), com cursos nas áreas de Contabilidade, Gestão de Contratos, Formação de Preços e Gestão de Pessoas.

De acordo com a coordenadora de Desenvolvimento Empresarial, Carreiras e Estágio do

IEL Maranhão, Michele Frota do Vale, os participantes melhoram seus processos e, conseqüentemente, conseguem gerir seus negócios de forma mais estruturada e segura. Segundo ela, passam a ter uma vantagem competitiva de mercado com a otimização do sistema de gestão. "O IEL é responsável por toda operacionalização do PROCEM, realizando as etapas de capacitação, monitoria e auditoria por meio de módulos de Qualidade e Produtividade, Saúde e Segurança do Trabalho e Meio Ambiente, Gestão Contábil, Tributária, Trabalhista e Financeira e Responsabilidade Social. Também atuamos com as etapas de recertificações, que acontecem a cada 12 meses após a certificação", explicou a coordenadora, acrescentando: somente em 2016, foram capacitados 78 colaboradores de 42 empresas.

Para facilitar o processo de gestão estratégica, o programa também

já realizou um total de 33 Rodadas e Encontros de Negócios, consultorias diversas, visitas técnicas e estreitou parcerias por meio da participação em eventos como Expo Indústria Maranhão, Feira do Comércio e Indústria de Imperatriz (Fecoimp), Workshop Empresarial de Açailândia e Feira de Negócios de Timon. "A empresa participante do PDF tem a oportunidade de melhorar o processo de fornecimento de bens e serviços e, desta forma, passa a ter vantagem competitiva no mercado em que atua com a otimização do seu sistema de gestão. O Programa, a pedido das mantenedoras e do Sistema FIEMA, organizou vários Encontros de Negócios, quando os empresários locais conheceram as regras de contratação e tiveram o primeiro contato com o setor de suprimentos dos compradores", afirmou o coordenador do PDF, Carlos Jorge Taborda Macedo.

Outro dado que reforça a potencialidade da iniciativa é o

montante investido pelas empresas mantenedoras do PDF. De 1999, quando o projeto foi criado, até 2016, a soma ultrapassava os 27 bilhões e 264 milhões de reais em negócios realizados, que envolvem tanto a aquisição de produtos como a contratação de serviços no Maranhão.

Ao falar sobre o impacto da iniciativa para o Estado, o presidente do Conselho Gestor do programa, Carlos Afonso Araújo, representante da Cemar, destacou que, a partir do PDF, as empresas participantes se tornam muito mais eficientes, focadas, com produtos e serviços cada vez mais competitivos. "São empresas que passam a ter uma participação extremamente positiva no desenvolvimento do Estado, visto que por meio do PDF tornam o ambiente de negócios mais participativo e, conseqüentemente, contribuem para o fortalecimento da economia local", garantiu.

Ferramenta de sucesso - "O PDF tem contribuído muito para alcançarmos nossos objetivos e metas. As orientações subsidiaram nossa busca pela melhoria dos processos internos e externos e isso nos possibilitou atender as novas exigências do mercado e fechar muitos negócios", declarou a gerente administrativa da Elétrica Visão, Lilian Pereira. "Nossa empresa tem uma preocupação permanente com o crescimento e o PDF é um projeto que nos propõe mudanças e soluções diferenciadas nos nossos resultados", completou a gerente. Na avaliação de Raquel Alves, da Ferronorte, o PDF traz como principais resultados a implantação de indicadores que permitem à empresa avaliar o seu desempenho no mercado. "São boas práticas que nos direcionam para uma gestão empresarial de alta performance", declara.

EMPRESÁRIOS BUSCAM A CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DE SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS PARA MELHOR ATENDER À CLIENTELA






COMO PARTICIPAR?

Para fazer parte do PDF, a empresa precisa ter CNPJ no Maranhão e preencher um formulário no site www.fornecedoresma.com.br. A solicitação é gratuita e o fornecedor passa a usufruir das ações do Programa, entre elas, participação em cursos, rodadas de negócios e outros. Após o cadastro, as empresas recebem a visita de um técnico do PDF para validar as informações. As empresas cadastradas são classificadas nas seguintes áreas de atuação:

Engenharia de Projetos, Comércio, Fabricação e Montagem, Construção Civil, Serviços e Indústrias em Geral. Além da Ferronorte e Elétrica Visão, empresas de vários segmentos como Centro Elétrico, NBR Empreendimentos, FONMART Tecnologia e Selava Lavanderia integram o universo das 120 empresas já certificadas no PROCEM pelo PDF e fazem parte dos mais de mil fornecedores cadastrados no programa.



Os indicadores abaixo referem-se, em sua maioria, à conjuntura econômica maranhense e sofrem alterações por período, sujeitos à instabilidade da economia. A cada edição, eles serão atualizados para um panorama comparativo mais completo e a melhor prestação de serviço aos leitores.

	 Mercado de Trabalho Formal	 Índice de Confiança do Empresário Industrial do Maranhão	 Exportações	 Exportações no Agronegócio	 Custo Nacional da Construção por metro quadrado
MÊS	FEVEREIRO	MARÇO	JANEIRO E FEVEREIRO	FEVEREIRO	FEVEREIRO
RESULTADO	1.863 demissões líquidas	queda de 8,3 pontos e atingiu 49,3 pontos	aumento de 16,5% em relação ao ano anterior	11,94% do total de exportações do Brasil	R\$ 1.033,16 (materiais: R\$ 533,89 e mão de obra: R\$ 499,27)
FONTE	IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Sócio-Econômicos e Cartográficos)	FIEMA/CNI (Federação das Indústrias do Estado do Maranhão e Confederação Nacional da Indústria)	FIEMA/CNI (Federação das Indústrias do Estado do Maranhão e Confederação Nacional da Indústria)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

PODE CUSTAR MUITO CARO

■ Saúde e segurança do trabalhador parecem custos, mas são investimentos que podem evitar situações de risco capazes de afetar o trabalhador e toda a empresa.

Léa Verônica
Emerson Araújo

Dez homens trabalham na concretagem de uma laje. Todos usam EPIs (Equipamentos de Proteção Individual). Porém, um detalhe, quase imperceptível, demonstra falha nas condições de trabalho. Para este tipo de atividade, é recomendada a bota sete léguas que impede o contato do concreto (por possuir propriedades cáusticas) com a pele. Os funcionários executam a obra usando bota de borracha. No final do dia, o estrago estava feito: os dez apresentaram corrosão nos membros inferiores do corpo. Dez acidentes de trabalho, provocando o afastamento dos empregados e uma dezena de potenciais indenizações terá que ser paga pela empresa.

A história é verdadeira e foi relatada pelo médico do trabalho e profissional prevencionista do Serviço Social da Indústria, Gustavo Nicolai, durante uma série de workshops desenvolvido, em São Luís, pelo SESI Nacional para debater, discutir, divulgar políticas e projetos da instituição nessa área. A situação serve também para ilustrar como investimentos na saúde do trabalhador e na segurança do trabalho podem evitar custos com situações de risco, que trazem prejuízos não só ao trabalhador, mas para toda a estrutura organizacional de uma empresa.

Gustavo Nicolai alerta que investir em segurança do trabalho não é gasto. Despesas com transporte do funcionário acidentado, afastamentos causados por doenças ocupacionais, contratação de mão de obra temporária de quem vai ocupar o lugar ocioso deixado pelo acidentado, além

do pagamento de possíveis indenizações resultantes de ações na justiça trabalhista, acarretam maior impacto no orçamento de uma empresa do que adotar procedimentos de prevenção.

Para o gerente de Saúde e Segurança do Trabalho do SESI Nacional, Julio Zorzal, a questão da saúde e a segurança no trabalho tem que ser entendida como investimento para a empresa. “Quando se trabalha as questões relacionadas ao acidente de trabalho se aumenta a possibilidade de parceiros para essa empresa e até são diminuídos os custos advindos do próprio acidente, que ocasiona o afastamento desse trabalhador. Há multas, embargos”, pondera. Ele também fala da iniciativa do SESI em realizar uma espécie de mapeamento, junto às empresas, para saber as principais causas de afastamentos dos funcionários e qual o custo relacionado a esses afastamentos. “Muitas dessas empresas às vezes não têm essa informação. Então, quanto custa, por

exemplo, um acidente de trabalho para essa empresa? Quanto custa esse afastamento? Desta forma, o que estamos fazendo agora, nacionalmente, é justamente dando transparência a esses números, a exemplo da parceria que tivemos com a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), do setor da Indústria da Construção, uma ferramenta para que a empresa consiga simular situações relacionadas ao custo com fatores de prevenção”, explica.

Neste processo, o trabalhador é peça-chave, pois ciente dos riscos de não utilizar normas básicas de segurança no trabalho, sabe do que pode acarretar de comprometimento em sua carreira profissional. “Isso é algo que temos que fomentar e disseminar, constantemente, no ambiente da empresa. A questão da saúde e segurança no trabalho não pode ser esquecida. Por esta razão, a orientação de programas como o da educação continuada é fundamental para a manutenção desses indicadores de melhoria da



qualidade de vida do funcionário”, ressalta Julio Zorzal.

“Não é custo é investimento” - Segundo a supervisora de Saúde da empresa Vale, Alessandra Correia Santos, que também participou dos workshops desenvolvidos pelo SESI no Maranhão, o desafio que as empresas têm hoje é justamente encarar os investimentos na área de saúde e segurança do trabalho como um “retorno” e até lucro.

Nessa ótica, de acordo com especialista, a Vale vem combatendo o absenteísmo (que nada mais é que do que a ausência do funcionário no ambiente de trabalho seja por faltas, saídas ou atrasos, justificados ou não). A empresa vem fazendo um trabalho de prevenção, com exames periódicos em cima dos riscos operacionais, o que não impede o aparecimento de outras doenças, com ou sem relação com o trabalho, mas pode evitar os afastamentos em longo, médio e curto prazo.

SOLUÇÕES SESI NA REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO

O SESI Maranhão oferece diversas soluções às empresas locais para reduzir os números de acidentes de trabalho e aumentar a qualidade de vida dos seus trabalhadores. Dentre elas, está o Programa SESI PIT STOP de Segurança e Saúde no Trabalho. Lançado em 2015, foi inicialmente implantado nas unidades do Serviço Social de São Luís, Imperatriz e Caxias. O coordenador de Qualidade de Vida em Saúde e Segurança no Trabalho da entidade, Allan Kardec Ayres Ferreira explica que no PIT STOP, uma equipe formada por engenheiros, técnicos, enfermeiras e médicos do trabalho realiza, em um período de aproximadamente três meses, um diagnóstico completo, em que analisam se a empresa industrial está ou não em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério

do Trabalho e Emprego para apontar as adequações necessárias ao ambiente de trabalho. O programa, além de prestar assessoria quanto à implantação e o monitoramento das ações de melhoria, de forma planejada e com custos controlados, promove benefícios na qualidade de vida dos trabalhadores do segmento. A adesão ao programa é gratuita. Na fase inicial, o PIT STOP atendeu à indústria da construção civil, trabalhando em 12 canteiros de obras. Na segunda fase, de 2016, a iniciativa também começou a trabalhar com o segmento de indústria da transformação, tendo 20 adesões. “Atualmente, estamos com meta para trabalhar 100 empresas, dos segmentos de construção, transformação e industrial em geral”, informou.

Empresários interessados em aderir ao SESI PIT STOP podem entrar em contato com a Unidade de Qualidade de Vida do Trabalhador do SESI, em São Luís, pelos telefones: (98) 3232-5115/3221-3071 e 99100-3148 (WhatsApp), ou pelo email: sesiuqvt@fiema.org.br; em Imperatriz, pelo telefone: (99) 3523-1570 ou pelo email: imperatriz@fiema.org.br; e em Caxias pelo telefone: (99) 3521-4445 ou pelo email: caxias@fiema.org.br.

ESTATÍSTICA MAIS RECENTE DEMONSTRA DIMINUIÇÃO NOS ACIDENTES DO TRABALHO NO MARANHÃO

Segundo o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (2013 a 2015), no Maranhão houve um aumento no número de acidentes com trabalhadores de 2014 com relação a 2013, mas diminuição do

total em 2015. Em 2015, foi registrado um total de 4.544 acidentes de trabalho, com 99 casos de doenças do trabalho e 3.217 inseridos no CAT (Cadastro de Acidentes de Trabalho). Em 2014, foram

5.552 acidentes, sendo 112 doenças de trabalho e 3.469 registrados como acidentes de trabalho. Em 2013, foram 5.195 acidentes, com 3.376 registrados no CAT (Cadastro de Acidentes de Trabalho).

MARANHÃO						
Ano	TÍPICO	TRAJETO	DOENÇA DO TRABALHO	COM CAT REGISTRADA	SEM CAT TOTAL REGISTRADA	TOTAL
Ano 2013	2.564	730	82	3.376	1.819	5.195
Ano 2014	2.607	750	112	3.469	2.083	5.552
Ano 2015	2.412	706	99	3.217	1.327	4.544

CIFRAS E CIFRÕES

■ A indústria da diversão tem se mantido de pé, mesmo em meio à crise, pela alta receptividade do maranhense a diferentes gêneros musicais.

Emerson Araújo



São atrações locais, nacionais e até internacionais, de diferentes gêneros. Festas de temáticas variadas, festivais musicais e shows com ingresso combo (do inglês *combination*: combinação de vários em um só). Do reggae, tão forte na cultura local, ao sertanejo romântico, hoje renovado pelas cantoras famosas no Brasil inteiro. O mercado da diversão no Maranhão chega a reunir até 5 mil pessoas em um único evento e aquece uma cadeia de negócios, que vai de revendedores de bebidas, aos aluguelês de tendas, espaços e sonorizações, além da geração de renda a garçons, DJs, bandas e vendedores ambulantes. Locais como a Casa das Dunas, a Toca do Trovão, AABB, Cozinha Massari e Batuque Brasil se destacam como cenários para os espetáculos de entretenimento na capital. No interior do Maranhão, eventos como o Bacabal Folia, produzido pela Gajo Entretenimento, é um investimento que gira em torno de 1 milhão e 800 mil reais, com público estimado em 15 mil pessoas, nos três dias de diversão.

“O Maranhão é um estado muito bom para se fazer eventos. O mercado é bem aquecido para

alguns segmentos, como o forró que sobrevive muito bem em nosso estado. E, embora o mercado tenha sempre que inovar, cortar custos, o maranhense é um público extremamente festivo e acolhedor”, explica o produtor cultural Paulo Siqueira da Gajo Entretenimento. Curitibaano, radicado em São Luís, escolheu o Maranhão como locação pra seus projetos culturais. Por aqui ele já produz, com êxito, o Bloco da Devassa e o Concentra mas Não Sai, ambos criados especialmente para faturar com o Carnaval maranhense. Por trás de cada evento existe uma enorme estrutura de colaboradores, financiamentos, parcerias e alguns cuidados especiais como garantia de sucesso. “Um evento de qualidade, com segurança e conforto, visando sempre ao



cliente, deve vir em primeiro lugar”, diz João Marcelo de Sá, proprietário da JProduções e responsável por eventos já consagrados, como os festivais de música em Barreirinhas, eventos para 3 mil pessoas, com entrada média de 60 reais. João Marcelo é parceiro empresarial do Bloco da Devassa, evento que costuma reunir 4 mil pessoas, com cifras que giram em torno de 500 mil reais, faturadas em 4 dias de atrações locais e nacionais.

Dançar conforme a música - Ricardo Pororoca, que comanda a Casa das Dunas, referência no mercado local de entretenimento, como o clube de reggae Trapiche, na Ponta D'areia e o Festival de Surf na Pororoca, em Arari, explica que é preciso inovar sempre, apostar em gostos ecléticos, da banda de rock Sepultura ao clássico brega romântico, Odair José. Segundo ele, o Maranhão tem um enorme potencial turístico e o turista não quer ver só belezas naturais, já que isso ele faz durante o dia e, à noite, quer festa.

O PRODUTOR JOÃO MARCELO DA JPRODUÇÕES: O ANO INTEIRO DE EVENTOS VARIADOS

Se por um lado, a receptividade dos maranhenses a diferentes gêneros musicais é uma oportunidade para bons negócios no setor, por outro, exige adaptação de quem já atua para um segmento específico. “A indústria em âmbito nacional está consumindo o sertanejo. Eu tento me movimentar e me reinventar porque creio que é uma onda e toda onda passa. Sendo assim, procuro adaptar todo meu material e conhecimento para a realidade atual. Eu sempre coloco um toque meu dentro daquilo que eu acredito”, afirma o DJ Macau cujos eventos produzidos arrecadam em torno de 10 mil reais, para 700 pessoas, com ticket médio de 40 a 50 reais.

Sobre os detalhes que envolvem as altas cifras do mercado do lazer, a maioria dos produtores prefere revelar que a bilheteria é praticamente toda comprometida com o pagamento da atração. Uma estratégia para tornar o investimento mais rentável é fazer um roteiro que diminua os custos da produtora. “Por exemplo, se o artista vai fazer (show em) Fortaleza e Teresina, já contrata para fazer Imperatriz e São Luís”, afirma Paulo Siqueira. Já o produtor Ricardo Pororoca adota uma outra forma de viabilizar os shows: “A gente convence a banda a vir na parceria. 80% da bilheteria vão para a banda, quando não 100%. Hoje,

praticamente todos os produtores dependem basicamente de bar. Existem eventos que você faz por uma questão de imagem da produtora, outros você faz para lucrar. Ainda assim o Maranhão é um bom estado, não tem violência”. Nelson Piquet, famoso por trazer ao Maranhão DJs internacionais e pela produção de eventos que custam de 40 a 120 reais a entrada, como o Luau Toca do Trovão e atual Luau da Cozinha Massari, descreve algumas dificuldades, como a questão do ECADE (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), órgão fiscalizatório de direitos autorais sobre as músicas utilizadas nos eventos. “O ECADE virou uma caixa preta. Cobram de 10% a 15% do valor do ingresso, mas se não sabem o que o DJ vai tocar como me cobram antecipadamente? Outra coisa que precisamos é que evento chegue até as 4 horas da manhã para ter tempo ao consumo de bar. Pois aqui as pessoas chegam 2h da manhã em festas marcadas para as 23h. Mas quando são duas da manhã temos que encerrar”, reclama.

Para Ruan Nogueira, músico e empresário da banda Mix in Brasil, falta maior incentivo local. “O artista na Bahia tem a Secretaria de Cultura como aliada, lá existe um estúdio de gravação e projetos pagos pelo governo estadual para que programas de rádio e TV divulguem os artistas locais.

Aqui tem mal a Universidade FM, que ainda sofre dificuldades financeiras. Por isso preferimos tocar em formaturas, casamento e outros eventos corporativos, onde faturamos de 5 a 7 mil reais”. Mas o entretenimento no Maranhão passa bem. A crise, é claro que afetou o mercado da diversão, mas todos alegam que os eventos são necessários em um país festeiro por natureza. Paulo Siqueira, da Gajo Entretenimento, conclui: “O nosso consumidor não está comprando um produto que vai vestir ou cheirar, mas sim algo que vai sentir e viver bons momentos. A gente entrega emoções”.

O DJ E PRODUTOR DE FESTAS, MACAU, BUSCA ADAPTAR OS RITMOS DA MODA PARA NÃO PERDER EM UM MERCADO COMPETITIVO



NÚMEROS DA INDÚSTRIA DA ALEGRIA:

Festivais de Música em Barreirinhas

Produtora:
JP Produções

Público médio:
3 mil pessoas

Valor médio do ingresso:
R\$ 60,00

Bloco da Devassa

Produtora:
Gajo Entretenimento e JP Produções

Público médio:
3 a 4 mil pessoas

Investimento:
R\$ 50.000,00

Ingresso:
R\$ 30,00 a R\$ 50,00

Luau Toca do Trovão

Produção:
Nelson Piquet

Público médio:
1200 pessoas

Ingresso:
R\$ 40,00 a R\$ 120,00

Festas Eletrônicas em Clubes/Boates

Produtora:
Alan Freitas / DJ Macau

Público médio:
700 a 800 pessoas

Investimento:
R\$ 8.000,00 a R\$ 50.000,00

Ticket médio:
R\$ 40,00 a R\$ 80,00

Simplicio Araújo

SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E
COMÉRCIO DO ESTADO DO MARANHÃO

// TEMOS HOJE NO MARANHÃO SEIS BILHÕES DE INVESTIMENTOS PRIVADOS NESTES DOIS ANOS DE GOVERNO //

Léa Martins Brito

Atualmente, o secretário de Indústria, Comércio e Energia do Estado do Maranhão, Simplício Araújo, 47 anos, divide a função com o cargo de presidente nacional do Conselho de Secretários de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Governo Federal. Natural do município de

Bacabal, formado em Análise de Sistemas e cursando Direito, ele defende que o desenvolvimento do Estado passe pela valorização das vocações econômicas de cada região maranhense. Simplício Araújo avalia o quadro econômico do Brasil como delicado, mais precisamente com relação aos

impactos a todos os estados-da Federação. Como deputado federal, integrou comissões permanentes e especiais na Câmara dos Deputados. Nesta entrevista, ele faz uma avaliação com ênfase político-econômica dos setores estratégicos de desenvolvimento do Estado.

Quais as perspectivas para o Comércio e a Indústria maranhenses, ainda atravessando este momento de turbulência na economia nacional, agora em 2017?

Nós somos ricos em possibilidades. Mas a forma como se tratou o Maranhão nos últimos 40 anos, levou a uma condição de fragilidade grande em um momento em que se tem uma tempestade forte no âmbito da economia brasileira. Para se ter uma ideia, há medidas que deveriam ter sido tomadas pelos governos anteriores, mas não foram e hoje impactam diretamente no desenvolvimento do Estado. E que caem neste momento em nosso colo, como, por exemplo, o Zoneamento Econômico e Ecológico do Maranhão. Esse zoneamento iria permitir que empresas interessadas em agronegócios pudessem expandir seus empreendimentos aqui, ou mesmo se instalassem em terras maranhenses, mas como não se tem hoje um instrumento que dê segurança a esses negócios, as empresas deixam de vir para cá.

Estamos lutando fortemente para implementar - e já até encaminhamos para a Assembleia

- um macro ZEE (**Zoneamento Econômico e Ecológico**), que a gestão anterior concluiu, mas sem resolutividade. Agora estamos para concluir este macro com uma resolutividade maior para permitir que muitos negócios possam vir com segurança jurídica para o Maranhão.

A indústria tem participação de 19% no PIB maranhense. Qual a sua avaliação de com tem se dado a articulação do Estado com a classe industrial / empresarial?

Eu acredito que a gente tem hoje uma afinação grande com a FIE-MA, como temos também com as demais federações de Comércio e de Agricultura no Estado. Temos atualmente algo inédito que é o Conselho Empresarial - um fórum onde o empresariado tem assento, que pode levar os problemas da categoria e que dialoga com o próprio governador, que preside esse conselho e que tem dado respostas a essas pautas levadas pela classe empreendedora. No nosso Estado, temos feito políticas de forma responsável, no sentido de manter a credibilidade do governo junto a órgãos como

a Caixa Econômica, que permite continuarmos com crédito na praça, digamos assim, e mantermos os serviços sociais e as folhas de pagamento rigorosamente em dia e que são muitos importantes para a indústria, o comércio e para todo o funcionamento da economia do Estado. O governo, mesmo num quadro econômico complicado, não atrasou e vem até adiantando o pagamento do funcionalismo público, de forma a fazer um movimento econômico forte.

Em se tratando de PIB, temos que olhar também para a questão nacional. E quando comparamos o Maranhão com os demais estados do País, se vê que não é só aqui que tem essa retração do PIB, é uma coisa que afeta o Brasil como um todo. Ainda sobre o PIB, temos a dizer que se tem trabalhado e temos anúncio de investimentos privados e públicos. Nesse momento em que o estado tem um ambiente onde o governo não quer participar do negócio de ninguém, essas pessoas não têm os recursos para investir no Maranhão e alguns negócios se deterioram mesmo, acabando com a perspectiva do emprego.

Em se tratando de PIB, temos que olhar também para a questão nacional. E quando comparamos o Maranhão com os demais estados do País, se vê que não é só aqui que tem essa retração do PIB, é uma coisa que afeta o Brasil como um todo.

Quais as ações concretas que já foram colocadas em prática e viabilizadas pelo Conselho Empresarial do Maranhão?

Já tiveram discussões muito fortes, a própria questão do zoneamento é uma discussão do momento no Conselho Empresarial. Já debatemos e apresentamos as compras governamentais, que estão sendo implementadas. Também tratamos sobre o (programa) Mais Empresas, Mais Avicultura, Mais Logística, Mais Atacadistas, entre outros. Além, da parte de infraestrutura do Estado, no que se refere às estradas de acesso, de pontes. Apresentamos e damos sugestões sobre o caso da banda larga de Internet, que está sendo feito em forma parceria público-privada no Maranhão. Fora outros assuntos levantados pelo próprio governo ou, na maior parte deles, pelo empresariado. E sempre o governo apresenta as suas demandas. Mesmo com esta dificuldade econômica, conseguimos manter alguns investimentos e algumas políticas públicas para manter esses segmentos em dia.

Os desafios ao novo projeto de desenvolvimento do Maranhão continuam enormes. Mas o quadro parece inalterado com uma forte dependência do Estado à exportação de commodities, concentração do setor industrial na Construção Civil e queda no setor de serviços, inclusive com fechamento de hotéis e flats. Quais os avanços nestes dois anos?

O Governo Estadual, em 2014, movimentou R\$ 19 milhões. Em um estudo que fizemos no governo, e que a FIEMA também fez logo em seguida, sobre a movimentação financeira do setor privado, nos deparamos com R\$ 46 milhões movimentados pelo setor privado naquele ano. Então, em âmbito de comparação se percebe que o poder de compra e a movimentação economia do setor privado é maior do que o do segmento público. Cabe ao governo do Estado desenhar as políticas públicas que possibilitem que alguns empreendimentos possam se desenvolver e aí a gente parte para o núcleo da pergunta: ora, nós encontramos no Maranhão um governo voltado para CNPJ, que dava privilégios para algumas pessoas, mas que não tinha como possibilitar perspectiva econômica a



segmentos. O que fizemos? Construímos políticas públicas voltadas para esses segmentos. Exemplos: trocamos um programa equivocado chamado Pró-Maranhão, até entendemos que alguns ainda possam fazer defesas dele, mas era equivocado, pois não dava aos empresários maranhenses a possibilidade igualitária de aderir ao programa. Só algumas pessoas tinham esse privilégio. Pessoas próximas ao governo, ou próximo de alguém do Poder Executivo. Foi aí que criamos o Mais Empresas e, dentro desse programa, segmentamos os setores de avicultura, de logística, do atacado para quepudessem usufruir equanimemente, com justiça fiscal, a todos os benefícios do nosso programa, coisa que no passado não existia. Só para se ter uma ideia, quando chegamos ao governo, e por causa do equívoco da política de incentivos fiscais, o Maranhão consumia frango do Tocantins. Pois era uma política que só olhava para os grandes empreendimentos.

Nesse momento, temos três grandes empreendimentos na gaveta sendo tratados com segurança, sem levantar falsas expectativas na população. Mas no passado se fazia o quê? Olhava-se apenas para alguns segmentos e se deixava de lado os segmentos que estão em nossa mesa de alimentação, como o café. De onde estava vindo o café? O leite? O trigo do pão? Tudo vinha de fora. O que se faz hoje é corrigir isso, como já o fizemos com o segmento da Avicultura, antes se comia frango do Tocantins porque a tributação do pequeno era 7%, na operação interna e externa. O Tocantins, de olho no poder de compra do Maranhão, baixou para 1% de forma que o próprio avicultor maranhense ia criar frango no Tocantins. O que se vê atualmente são os grandes abatedouros sendo instalados por aqui, porque fizemos um benefício fiscal que não atinge apenas "o meu amigo", "o meu conhecido", mas que está disponível para quem quer realmente produzir.

O projeto de lei do governo, que aumenta a alíquota de ICMS nas tarifas de energia, telefonia e combustíveis, provocou algumas reações contrárias por parte da classe empresarial e até mesmo a OAB ingressou com duas ações na justiça questionando o aumento. Em termos práticos, que impacto positivo essa medida representaria, mesmo com o sacrifício da opinião pública desfavorável?

Em primeiro lugar a gente entende que qualquer carga tributária a mais sempre traz uma reação por parte do empresariado. O que o Estado buscou fazer foi proteger o segmento do Comércio e da Indústria. Esse aumento do ICMS não tem impacto direto porque não traz aumento no óleo diesel, não tem aumento direto na energia elétrica do comércio e da indústria. Se a Secretaria de Fazenda tivesse criado um imposto em que o Comércio e a Indústria fossem penalizados, teríamos um impacto direto na produção de empregos. Buscou-se proteger os segmentos mais pobres e produtivos com uma média que já estava sendo praticada em outros estados. De forma que a Secretaria (de Indústria, Comércio e Energia) não teve uma participação efetiva. Mas nós entendemos que é fundamental, ao enxergarmos que o ano de 2017 iria trazer problemas com o caixa, o governou buscou de alguma forma evitar que isso impactasse diretamente na economia do Estado.

Imaginemos que se o governo enxergasse um déficit de R\$ 400 milhões, mas o governador não buscasse nenhuma forma de corrigir esse déficit, onde é que teríamos problema? Em vários segmentos! A gente poderia ter problema no hospital que atende o mais carente, nas escolas públicas, na segurança ou mesmo na folha de pagamento e isso aí, sim, iria impactar de forma negativa no Comércio e na Indústria porque a gente sabe



o que os nossos irmãos do Rio de Janeiro e de outros estados estão vivendo em decorrência desse buraco que existe nesta ausência do pagamento das folhas.

O que a classe empresarial pode esperar do Governo do Estado, ao final deste mandato?

Fosse em outro tempo, se nós tivéssemos esse ambiente empresarial que buscamos implementar hoje no Maranhão durante a pujança econômica que tivemos no país até 2014, com toda certeza o Estado teria uma grande resposta e nos estaríamos comemorando grandes empreendimentos aqui. Hoje temos na órbita do Maranhão algo em torno de R\$ 8 milhões de investimentos privados, nestes dois anos de governo, a exemplo de outros tantos grandes empreendimentos que estavam alocados no Maranhão e que, a partir de políticas públicas decidiram investir, como é o caso da Avicultura, que não tinha um

tratamento tributário adequado, dialogando sobre premissas sanitárias. Os próprios investidores do Estado do Maranhão estão investindo R\$ 348 milhões como nós anunciamos no ano de 2015. Se formos comparar com outros estados, vemos que o Maranhão tem conseguido computar importantes vitórias mesmo com esse quadro econômico complexo. Se fôssemos anunciar o que estamos dialogando com empresas e organismo internacionais, iríamos cometer os equívocos do passado, porque projetos como estes demoram a maturar e não se concretizam em um período de dois ou quatro anos. A maioria dos grandes empreendimentos são de médio e longo prazos, ou seja, de oito anos de maturação. Então, se a gente fosse fazer esses anúncios, com toda certeza, iria falar um número absurdo como já falaram no passado, eu prefiro, como o governador tem falado, trabalhar sobre o real. E o real é este que eu estou falando.

”

Se nós tivéssemos esse ambiente empresarial que buscamos implementar hoje no Maranhão, durante a pujança econômica que tivemos no país até 2014, com toda certeza o Estado teria uma grande resposta.

”



EDILSON BALDEZ*

NO RUMO CERTO

Começamos o ano com o pé direito e com muita vontade de fazer a economia decolar. Esse fôlego todo acontece porque, alguns dos temas mais importantes para despertar a economia da letargia que se encontra e avançar rumo ao desenvolvimento, passam a ser discutidos no Congresso Nacional. São pautas relevantes, como a modernização das relações trabalhistas, que aumentam a segurança jurídica e permitem retomar as contratações pelas empresas. O país precisa ser mais dinâmico e atualizado na condução das relações trabalhistas.

Estão no mesmo pacote, os ajustes necessários ao equilíbrio fiscal e macroeconômico para a concepção de um orçamento enxuto. Essa nova medida já aprovada e promulgada, permite a redução das taxas de juros e cria ambiente propício ao crescimento econômico, estimula o retorno dos investimentos na iniciativa privada e provoca a retomada do crescimento da economia.

Na última pesquisa do índice de satisfação da indústria realizada pela CNI os resultados

foram extremamente satisfatórios, apontando crescimento da confiança do setor, pelas medidas que serão adotadas. Precisamos seguir em frente e acelerar as mudanças para promover avanços mais profundos nas áreas de inovação, competitividade e estabilidade macroeconômica para gerar esperança e um cenário econômico favorável ao crescimento.



Precisamos seguir em frente e acelerar as mudanças para promover avanços mais profundos nas áreas de inovação, competitividade e estabilidade macroeconômica.



No mesmo bojo, destaca-se outro assunto de grande interesse nacional que poderá dar maior impulso a vida das organizações e da população brasileira, como a atitude do governo federal de injetar no mercado R\$ 41 bilhões

– recursos do trabalhador e represados em contas inativas do FGTS, que vão circular a partir de março. Essa imensa massa de recursos vai promover um verdadeiro impulso à economia, provocar grande onda de consumo e acrescentar muitos empregos e esperanças para milhões de famílias, habitantes de todas as terras desse imenso chão brasileiro.

Essas ações em discussão pelo Legislativo e o Executivo poderão levantar o país do marasmo econômico e desenhar um novo caminho para a retomada do crescimento, o rumo certo que tanto almejam empresários, governantes, trabalhadores e a sociedade. Um país para se destacar no cenário mundial precisa ser eficiente, competitivo, tecnológico, possuir educação de qualidade e ter economia forte. Esse é o melhor momento para começarmos a pavimentar essa estrada moderna que possa nos levar ao futuro.

(*) Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão-FIEMA e do Conselho Deliberativo do SEBRAE/MA

SEU CRESCIMENTO, NOSSO NEGÓCIO!


O Brasil Mais Produtivo é um programa do governo federal, cujo objetivo é aumentar a produtividade das indústrias, reduzindo os desperdícios mais comuns: superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimento e defeitos. Participe e faça sua indústria crescer!



 Reduz desperdícios.

 Aumenta a produtividade em pelo menos 20% no setor da aplicação das ferramentas *lean*.

 120 horas de consultoria com 83% de subsídio.

 Voltado às indústrias de 11 a 200 empregados.

SETORES PRIORITÁRIOS

ALIMENTOS E BEBIDAS
METALMECÂNICA
MOVELEIRO
VESTUÁRIO E
CALÇADOS

BRASIL MAIS PRODUTIVO

IMPULSIONANDO A PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA
INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR
E SERVIÇOS



SUA EMPRESA PRECISA TER OLHOS DE ÁGUIA PARA AGARRAR AS OPORTUNIDADES



Para enxergar mais longe e aproveitar as boas oportunidades de negócios, sua empresa precisa estar bem treinada e sempre atenta aos movimentos do mercado.

O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Maranhão (PDF-MA), incentiva a realização de Encontros e Rodadas de Negócios entre grandes compradores e fornecedores locais, criando um ambiente favorável à geração transações comerciais. Também realiza visitas a fornecedores, consultorias técnicas, seminários, palestras, viagens técnicas etc.

CADASTRE-SE NO PDF-MA
www.fornecedoresma.com.br

REALIZAÇÃO:



PDF PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
DE FORNECEDORES



www.fiema.org.br

MANTENEDORAS:



SOLAR™
Coca-Cola

